

Alph 97240

94(7/8)
H673
1. ed.

Copyright © 1984 by Cambridge University Press

Título do Original em inglês:

The Cambridge History of Latin America

Dep. de História
Biblioteca Central

Reg. Nº 2007035336

Natal, 22/11/07

Doação.

R\$ 39,00

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III. Leslie Bethell organização; tradução Maria Clara Cescato. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

Título original: The Cambridge History of Latin America

Bibliografia

ISBN: 85-314-0587-4

1. América Latina – História – Século 19 I. Bethell, Leslie

00-4513

CDD-980

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina : História 980

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel. (0xx11) 818-4008 Fax (0xx11) 818-4151
www.usp.br/edusp e-mail edusp@edu.usp.br

Imprensa Oficial do Estado
Rua da Mooca, 1.921 – Mooca
03103-902 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 6099-9446 – Fax: (0xx11) 6692-3503
www.imprensaoficial.com.br
imprensaoficial@imprensaoficial.com.br
SAC 0800-123 401

Printed in Brazil 2001

Foi feito o depósito legal



2 0 0 7 0 3 5 3 3 6 1

SUMÁRIO

MAPAS	9
PREFÁCIO GERAL	11
PREFÁCIO AO VOLUME III	15
PARTE 1. A INDEPENDÊNCIA	
1. AS ORIGENS DA INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA JOHN LYNCH Professor Emérito de História da América Latina, University of London	19
2. A INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO E DA AMÉRICA CENTRAL TIMOTHY ANNA Professor de História, University of Manitoba	73
3. A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA DO SUL ESPANHOLA DAVID BUSHNELL Professor Emérito de História, University of Florida, Gainesville	119
4. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL LESLIE BETHELL Diretor do Centre for Brazilian Studies, University of Oxford	187
5. A POLÍTICA INTERNACIONAL E A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA D. A. G. WADDELL Professor de História Moderna, University of Stirling	231
NOTA: A IGREJA E A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA LESLIE BETHELL	267
PARTE 2. A AMÉRICA ESPANHOLA APÓS A INDEPENDÊNCIA	
6. A ECONOMIA E A SOCIEDADE NA AMÉRICA ESPANHOLA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA TULIO HALPERÍN DONGHI Professor de História, University of California, Berkeley	277

AS ORIGENS DA INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

A ESPANHA ERA uma metrópole durável, mas de modo nenhum desenvolvida. No final do século XVIII, após três séculos de domínio imperial, os hispano-americanos ainda viam em sua mãe-pátria uma imagem de si mesmos. Se as colônias exportavam produtos primários, a Espanha também o fazia. Se as colônias dependiam da marinha mercante estrangeira, também a Espanha dependia. Se as colônias eram dominadas por um elite senhorial, pouco disposta a economizar e a investir, também o era a Espanha. As duas economias diferiam numa única atividade: as colônias produziam metais preciosos. E mesmo essa divisão de trabalho excepcional não beneficiou automaticamente a Espanha. Tínhamos um caso raro na história moderna: uma economia colonial dependente de uma metrópole subdesenvolvida.

Durante a segunda metade do século XVIII, a Espanha dos Bourbons tomou consciência de sua própria condição e tentou modernizar sua economia, sua sociedade e suas instituições. A ideologia reformista era eclética na inspiração e pragmática na intenção. O ponto de partida foi a própria condição da Espanha, especialmente o declínio de sua produtividade. Buscaram-se respostas em diversas escolas de pensamento. Invocaram-se as idéias dos fisiocratas para estabelecer o primado da agricultura e o papel do Estado; recorreu-se ao mercantilismo para justificar uma exploração mais eficiente dos recursos coloniais; buscou-se no liberalismo econômico uma base para eliminar as restrições ao comércio e à indústria. A Ilustração também exerceu sua influência, não tanto nas novas idéias políticas ou filosóficas quanto na preferência concedida à razão e à experimentação em oposição à autoridade e à tradição. Se, de um lado, foi possível conciliar essas tendências divergentes nas mentes dos intelectuais, de outro elas ajudam a explicar as incoerências na formulação da política, na medida em que a modernidade lutava com a tradição.

A meta principal, mais do que projetar novas estruturas, era reformar as existentes, e o objetivo econômico básico era desenvolver a agricultura mais do que estimular a indústria. O grande crescimento populacional do século

XVIII reclamava inexoravelmente mais terra para a agricultura. O número de espanhóis aumentou cerca de 57 por cento, passando de 7,6 milhões no início do século para 12 milhões em 1808. O aumento da demanda de produtos agrícolas, na Espanha e no mercado internacional, elevou enormemente os preços e os lucros dos proprietários rurais. Ao mesmo tempo, o crescimento da população rural provocou maior demanda de terras e as taxas de arrendamento começaram a subir mais do que os preços. Agora mais do que nunca era vital melhorar as técnicas agrícolas, comercializar a produção e eliminar os obstáculos ao crescimento. As leis de 1765, que regulamentavam as exportações de cereais, aboliram os preços máximos para esses produtos, permitiram o livre comércio dentro da Espanha e promoveram as exportações, salvo em períodos de escassez. Em 1788, os fazendeiros obtiveram o direito de cercar suas propriedades e de roçar terras para pastagem. Foi feita uma limitada distribuição de terras reais, municipais e mesmo eclesiásticas. E os regulamentos do *comercio libre*, estabelecidos em 1765, eliminaram as restrições mais sérias ao comércio com a América espanhola.

O desenvolvimento econômico não suscitou grandes mudanças sociais. Houve uma coincidência de interesse entre os reformistas do governo, cujo desejo era aumentar as ofertas de alimento, os proprietários rurais – sobretudo a nobreza e o clero – que queriam maximizar os lucros, e os exportadores que procuravam novos mercados. Todavia, o setor intermediário que começava a aparecer naquele instante era atendido muito timidamente. Grupos de comerciantes empenhavam-se no comércio ultramarino e novos industriais operavam nas províncias da Península. A Catalunha havia desenvolvido uma indústria moderna de tecidos de lã e de algodão, que exportava para a América via Cádiz, e se esforçava para conseguir mercados mais diretos. Comerciantes e manufatureiros queriam liberalizar ainda mais o comércio e encontrar na América os mercados que não podiam assegurar na Espanha. Anteciparam-se ao *comercio libre* e lucraram com isso.

Não obstante, a Espanha perdeu, no século XVIII, a oportunidade de realizar mudanças fundamentais e acabou por abandonar a estrada da modernização. Segundo parece, os castelhanos estavam pouco dispostos a acumular capital para investir na indústria, até mesmo no *fomento de industria popular*, as indústrias artesanais tão caras a alguns reformadores; preferiam, em vez disso, adquirir mais terras e artigos de luxo importados. A apatia do governo e a resistência dos detentores de direitos adquiridos frustraram os planos de reforma agrária; os rendimentos agrícolas permaneceram baixos e impediram

o desenvolvimento de um mercado nacional para a indústria. Do mesmo modo, a infra-estrutura estava gravemente ultrapassada. Na década de 1790, o sistema de transportes não conseguia atender às demandas nem satisfazer as necessidades de uma população em crescimento; os transportes converteram-se num sério gargalo, que bloqueava o crescimento econômico do coração de Castela e o impedia de desenvolver uma indústria própria ou de transformar-se num escoadouro para a indústria de outras regiões. A Catalunha e outras províncias costeiras alcançavam por mar seus mercados ultramarinos e suas fontes de matéria-prima com mais facilidade do que chegavam a Castela por terra. Finalmente, salvo nas cidades catalãs e em alguns poucos portos do norte da Espanha, a organização comercial era precária. Apesar do apoio da coroa, a contabilidade da maioria das empresas comerciais nada tinha de impressionante, uma vez que sofriam da falta de capital e da lentidão nas transações, sobretudo com a América. A infra-estrutura comercial estava tão atrasada que, embora a Espanha fosse auto-suficiente na produção de cereais, as regiões costeiras precisavam muitas vezes importar gêneros alimentícios, ao mesmo tempo em que se perdiam oportunidades de exportar. “Cuba necessitava de pelo menos 60 mil barricas de farinha de trigo, que podiam e deviam ser mandadas pela Espanha; nossa agricultura lucraria até 20 milhões de *reales* por ano, que os norte-americanos retiram dessa forma de nossa colônia”¹.

É verdade que na segunda metade do século XVIII houve uma modesta recuperação econômica, na qual a indústria e o comércio colonial catalães tiveram alguma importância. Mas a Espanha continuou sendo, em sua essência, uma economia agrária e o comércio marítimo era visto sobretudo como um escoadouro para a produção agrícola. Na análise final, as medidas modernizadoras de Carlos III (1759–1788) tiveram o objetivo de revitalizar um setor tradicional da economia, e tornou-se mais evidente do que nunca que o mundo hispânico estava erigido, não sobre uma divisão do trabalho entre a metrópole e as colônias, mas sobre nefastas semelhanças. As antigas estruturas sobreviveram e o próprio movimento de reforma ruiu em meio ao pânico provocado pela Revolução Francesa e pela subsequente reação no reinado de Carlos IV (1788–1808). O sucesso da monarquia absolutista dependia, entre outras coisas, do caráter do monarca. Na pessoa de Carlos IV a coroa perdeu

1. *Correo Mercantil*, 25 octubre 1808, apud GONZALO ANES, *Las crisis agrarias en la España moderna*, Madrid, 1970, p. 312.



A América espanhola colonial, cerca de 1800.

toda a sua credibilidade como agente de reforma. Os estadistas cederam lugar aos cortesãos e a nomeação de Manuel Godoy sinalizou um retorno ao estilo dos últimos Habsburgos; o novo Primeiro-Secretário era um *valido* clássico, que devia sua posição, não a quaisquer qualificações, mas somente ao favorecimento real. Para Godoy a América espanhola nada mais era do que uma fonte de metais preciosos, e seu povo, meros pagadores de tributos.

Nesse meio tempo, se a América espanhola não conseguia encontrar na Espanha um fornecedor de produtos industriais e um parceiro comercial, sobrava-lhe uma alternativa. A economia inglesa passava, no século XVIII, por mudanças revolucionárias. E, de 1780 a 1800, período em que a Revolução Industrial se efetivou de verdade, a Inglaterra experimentou um crescimento comercial inédito, com base sobretudo na produção fabril de tecidos. Nesse momento a indústria algodoeira de Lancashire revelava grande expansão e a produção de ferro e de aço mostrava uma taxa de crescimento impressionante. A França, o primeiro país a seguir o exemplo da Inglaterra, ainda estava muito atrasada em termos de produtividade, distância que só iria ampliar-se durante a guerra e o bloqueio, após 1789. Nesse momento, a Inglaterra não tinha praticamente concorrentes. Uma parcela substancial – mais ou menos um terço – do total da produção industrial da Inglaterra era exportada para o ultramar. Por volta de 1805, a indústria algodoeira exportava 66 por cento de seu produto final; a indústria de tecidos de lã, 35 por cento; a indústria do ferro e do aço, 23,6 por cento. E, no curso do século XVIII, o comércio inglês passou a depender cada vez mais dos mercados coloniais. Enquanto, no início do século XVIII, 78 por cento das exportações inglesas eram enviados ao continente europeu, no final do século os mercados protegidos dos concorrentes europeus da Inglaterra absorviam apenas 30 por cento, outros 30 por cento tinham o destino da América do Norte e 40 por cento iam para “todas as partes do mundo”, o que significava o Império Britânico, especialmente as Índias Ocidentais (25 por cento), e as colônias espanholas na América. Na prática, o único limite à expansão das exportações inglesas para os mercados coloniais era o poder de compra de seus clientes, e isso dependia do quanto podiam lucrar com as exportações para a Grã-Bretanha. Embora contasse com uma variedade limitada de produtos de exportação capazes de gerar lucros na Inglaterra, a América espanhola tinha um meio vital de comércio: a prata. Por isso, a Inglaterra prezava bastante o comércio com a América espanhola e procurava expandi-lo, quer mediante a reexportação de produtos espanhóis, quer pelos canais de contrabando nas Índias Ocidentais e no Atlântico sul.

Naturalmente, essas ponderações não significaram a imposição de uma política imperialista britânica na América espanhola ou uma intenção de expulsar a Espanha pela força, seja com propósitos de conquista seja de libertação dos povos coloniais. Apesar da insistência dos exilados hispano-americanos e das instigações dos interessados comerciantes, a Inglaterra manteve-se de parte. Raramente considerou o argumento comercial em favor da intervenção na América espanhola suficientemente impositivo para justificar uma luta por novos mercados. Até os anos críticos de 1806–1807, quando pareceu que o continente europeu se tinha fechado às exportações inglesas, os mercados existentes eram considerados suficientes. O mercado hispano-americano, conquanto lucrativo nas proporções correntes e suficientemente importante para ser expandido onde fosse possível, nunca foi tão vital a ponto de tornar necessária sua incorporação ao império britânico. No entanto, o mercado se havia revelado vulnerável à penetração inglesa, e os consumidores eram receptivos. Durante os tempos de guerra com a Espanha, sobretudo depois de 1796, quando a armada britânica bloqueou o porto de Cádiz, as exportações inglesas abasteceram as colônias espanholas durante as épocas de escassez subsequentes. A desagradável comparação entre a Inglaterra e a Espanha, entre desenvolvimento e estagnação, entre força e fraqueza, causava um poderoso impacto nas mentes dos hispano-americanos. E havia ainda uma sutileza psicológica: se uma potência mundial como a Inglaterra podia perder a maior parte de seu império na América, que direito tinha a Espanha de mantê-lo?

O império espanhol na América sustentava-se com base num equilíbrio entre os grupos de poder – a administração, a Igreja e a elite local. A administração possuía poder político, mas pouco poder militar, e derivava sua autoridade da soberania da coroa e de sua própria função burocrática. A soberania secular era confirmada pela Igreja, cuja missão religiosa se apoiava no poder econômico e jurídico. Mas o maior poder econômico pertencia às elites, os donos de propriedade na cidade e no campo, os quais compreendiam uma minoria de *peninsulares* (nativos da Espanha) e uma parcela maior de *criollos* (brancos nascidos nas colônias). No século XVIII, as oligarquias locais estavam muito bem estabelecidas em toda a América, com base nos direitos adquiridos da terra, da mineração e do comércio, ou nos laços permanentes de parentesco e aliança com a burocracia colonial, com a corte do vice-rei e com os juizes da *audiencia*, e ainda num forte senso de identidade regional. A fraqueza do governo real e sua necessidade de renda davam a esses grupos

condições de desenvolver formas eficientes de resistência ao distante governo imperial. Ccmpravam-se os cargos, faziam-se barganhas informais. A burocracia tradicional refletia essas condições, curvando-se às pressões e evitando conflitos, constituindo-se de fato não em agentes da centralização imperial, mas em intermediários entre a coroa espanhola e os súditos americanos, instrumentos muito mais de devolução burocrática de direitos do que de um Estado unitário. Para os Bourbons essa situação se mostrou inaceitável.

A política dos Bourbons alterou as relações entre os principais grupos de poder. A própria administração foi a primeira a romper o equilíbrio. O absolutismo esclarecido ampliou a função do Estado em prejuízo do setor privado e terminou por afastar a classe governante local. Os Bourbons remodelaram o governo imperial, centralizaram o mecanismo de controle e modernizaram a burocracia. Criaram-se novos vice-reinados e outras unidades administrativas. Nomearam-se novos funcionários, os *intendentes*. Tentaram-se novos métodos de governo. Esses significaram em parte novos dispositivos administrativos e fiscais; implicaram igualmente uma vigilância mais rigorosa da população americana. O que para a metrópole era desenvolvimento racional, as elites locais interpretavam como um ataque aos interesses locais. É que os intendentes substituíram os *alcaldes mayores* e os *corregidores*, funcionários que por muito tempo haviam conseguido conciliar com perícia grandes interesses variados. Tiravam sua renda, não de um salário, mas de sua capacidade de empreendimento, negociando com os índios que se achavam sob sua jurisdição, adiantando capital e crédito, fornecendo equipamentos e mercadorias e exercendo um monopólio econômico em seus distritos. Seus financiadores, comerciantes especuladores nas colônias, garantiam um salário e o pagamento das despesas aos novos funcionários, que então obrigavam os índios a aceitar adiantamentos em dinheiro e em equipamentos para cultivar produtos de exportação ou apenas consumir a produção excedente. Foi o que se denominou *repartimiento de comercio*, e por meio dele foram atendidos os diferentes grupos de interesse. Os índios foram forçados a produzir e a consumir; os funcionários da coroa receberam uma renda; os comerciantes obtiveram uma produção para exportação; e a coroa poupou o dinheiro dos salários. É claro que, sob outros aspectos, o preço foi alto, pois redundou na abdicação do controle imperial em face das pressões locais. Essa prática estendeu-se ao México; e no Peru constituiu uma das causas da rebelião indígena de 1780.

Os reformadores espanhóis decretaram a abolição de todo o sistema no interesse de uma administração racional e humana. A Ordenança dos Inten-

26 dentes (1784 no Peru, 1786 no México), um instrumento básico da reforma dos Bourbons, pôs fim aos *repartimientos* e substituiu os *corregidores* e *alcaldes mayores* por intendentes, que nos *pueblos de indios* eram ajudados por subdelegados. A nova legislação introduziu funcionários assalariados e garantiu aos índios o direito de trabalhar e comerciar da forma que desejassem.)

A reforma administrativa nos moldes da Ilustração não funcionou necessariamente na América. Os interesses coloniais, tanto dos peninsulares quanto dos *criollos*, acharam inibitória a nova política e se melindraram com a indesejada intervenção da metrópole. A extinção dos *repartimientos* ameaçou não apenas os comerciantes e proprietários rurais, mas também os próprios índios, desacostumados do uso do dinheiro num mercado livre e dependentes de crédito para a aquisição de gado e de mercadorias. De que modo os índios poderiam agora ser incorporados à economia? Os capitalistas privados, receando a ilegalidade da transação, hesitavam em substituir os antigos funcionários e adiantar crédito. Assim, instalou-se a confusão, e a produção e o comércio foram prejudicados. Alguns esperavam que os intendentes fossem extintos e os *repartimientos*, restaurados. Outros tomaram as leis nas próprias mãos. No México e no Peru, ressurgiram os *repartimientos*, quando os subdelegados procuraram aumentar sua renda, os proprietários de terras tentaram manter o controle sobre a mão-de-obra e os comerciantes se esforçaram por restabelecer antigos mercados consumidores. Dessa forma, após breve período de agitação, a política dos Bourbons foi sabotada dentro das próprias colônias; as elites locais reagiram desfavoravelmente ao novo absolutismo e cedo tiveram de decidir se não seria conveniente tentar adquirir poder político a fim de impedir outras implantações da legislação ilustrada.)

A medida que os Bourbons fortaleciam a administração, enfraqueciam a Igreja. Em 1767, expulsaram da América os jesuítas, cerca de 2 500 no total, a maioria deles americanos nativos, que dessa forma foram afastados de sua terra natal e de suas missões. A expulsão representou um ataque à semi-independência dos jesuítas e uma afirmação do controle imperial. É que os jesuítas gozavam de grande privilégio na América e possuíam um enclave fortificado no Paraguai; a posse de *haciendas* e de outras formas de propriedade lhes conferia um poder econômico independente, fortalecido por suas bem-sucedidas atividades empresariais. A longo prazo, os hispano-americanos se mostraram ambivalentes com respeito à expulsão. Os bens dos jesuítas expropriados em 1767, as vastas terras e as ricas *haciendas*, foram vendidos aos grupos mais ricos das colônias, as famílias *criollas* que dispunham de crédito suficiente

para arrematá-los em leilão. No entanto, no plano imediato, os hispano-americanos viram na expulsão um ato de despotismo, um ataque direto a seus compatriotas em seus próprios países. Dos 680 jesuítas expulsos do México, cerca de 450 eram mexicanos. Dos 360 ou mais expulsos do Chile, aproximadamente 58 por cento eram chilenos, 25 por cento espanhóis e os demais oriundos de outras partes da Europa e da América. Seu exílio para toda a vida produziu enorme ressentimento não apenas entre eles próprios, mas também entre as famílias e os simpatizantes que haviam deixado para trás.

“Todo privilégio é odioso”, dizia o Conde de Campomanes. Um tema essencial da política dos Bourbons foi a oposição a órgãos corporativos detentores de privilégios especiais no Estado. A encarnação do privilégio era a Igreja, cujos *fueros* garantiam a imunidade dos religiosos à jurisdição civil e cuja riqueza a transformava na maior fonte de capital de investimento da América espanhola. Portanto, não foi a doutrina da Igreja, mas o seu poder um dos principais alvos dos reformadores Bourbons. Tentaram submeter o clero à jurisdição dos tribunais seculares e, no processo, reduziram progressivamente as imunidades clericais. Depois, enfraquecidas as defesas da Igreja, esperaram pôr as mãos em seus bens. O clero reagiu vigorosamente. Embora não tenham reptado o regalismo dos Bourbons, seus membros ressentiram-se amargamente da violação de seus privilégios pessoais. Opuseram-se à política da coroa e em muitos casos receberam o apoio de leigos devotos. O baixo clero, cujo *fuero* era praticamente seu único recurso material, foi expropriado mais fortemente e em suas fileiras, sobretudo no México, seriam recrutados muitos dos oficiais insurretos e dos chefes de guerrilha.

Outro centro de poder e de privilégio era o exército. A Espanha não tinha recursos para manter na América grandes contingentes de tropas regulares; portanto, teve de depender fundamentalmente das milícias coloniais, reforçadas por algumas unidades de peninsulares. A partir de 1760 nova milícia foi criada e o ônus da defesa foi imputado diretamente à economia e ao pessoal da colônia. Muitas vezes, porém, as reformas dos Bourbons foram ambíguas em seus efeitos. Para atrair os recrutas, os membros da milícia receberam a prerrogativa do *fuero* militar, uma condição que dava aos *criollos*, e numa certa medida até mesmo aos mestiços, os privilégios e a imunidade de que desfrutavam os militares espanhóis, especialmente a proteção da lei militar em detrimento da jurisdição civil. Além disso, à medida que a defesa do império passou a ser confiada cada vez mais à milícia colonial, cujos oficiais, em sua maioria, eram *criollos*, a Espanha inventava uma arma que no final se

voltaria contra ela própria. Mesmo antes de chegarmos a esse ponto, a milícia já criava problemas de segurança interna. 1780, não? 0.0

No Peru, quando eclodiu a rebelião indígena de 1870, a milícia local primeiramente se manteve apenas em estado de alerta, a observar, mas depois sofreu fragorosa derrota. Quando sua eficiência e lealdade foram questionadas, as autoridades chegaram à conclusão de que constituía um risco demasiado grande empregar, contra uma insurreição de índios e mestiços, uma força militar formada de soldados *mestizos* (mestiços de índios e espanhóis) e oficiais *criollos*, muitos dos quais tinham suas próprias queixas pessoais contra a política dos Bourbons. Para esmagar a revolta, enviaram unidades do exército regular aquarteladas na costa, comandadas por espanhóis nascidos na Península e compostas em grande parte de negros e *mulattos* (mestiços de negros e europeus), tendo como tropa de apoio índios leais recrutados. Na esteira da rebelião, a Espanha adotou uma série de medidas para fortalecer o domínio imperial. Reduziu-se o papel da milícia e devolveu-se ao exército regular a responsabilidade pela defesa. Os oficiais de patente mais alta, tanto nas unidades regulares como nas milícias, agora tinham de ser, obrigatoriamente, espanhóis. E restringiu-se o *fuero* militar, especialmente com relação aos não-brancos. Impediu-se dessa forma que a milícia se convertesse numa corporação independente, e os *criollos* tiveram barrado seu avanço na escala da promoção militar. Isso constituiu uma fonte de muitas queixas, mas que na peculiar estrutura social peruana permaneceram mudas. O medo das massas de índios e de *mestizos* representou um poderoso estímulo à lealdade entre os *criollos* e uma razão poderosa para que aceitassem o comando dos brancos, mesmo que esses fossem peninsulares.

No México, do mesmo modo que no Peru, poucos foram os sinais de militarismo *criollo*. A carreira militar em si não era atraente, nem as autoridades fizeram por onde o fosse. Na verdade, a milícia teve seus críticos. No pensamento do vice-rei Revillagigedo, era loucura dar armas aos índios, aos negros e aos castas (mestiços); ele duvidava inclusive da lealdade dos oficiais *criollos*. Mesmo depois de 1789, época em que a milícia realmente se expandiu, os *criollos* ingressavam nela geralmente por razões não-militares, para obter cargos e títulos e agregar prestígio a uma fortuna obtida na mineração ou no comércio. Quanto ao *fuero* militar, era sem dúvida útil, mas em contraste devia-se pensar nas agruras do serviço militar. As classes baixas ganhavam muito pouco com o serviço no exército, embora alguns vissem nisso um meio de escapar da degradação de sua classe. Isso, no entanto, só fez aumen-

tar os temores dos oficiais *criollos*, e de todos os brancos, de que o exército pudesse ser usado contra eles. Se os *criollos* temiam os índios, os peninsulares não confiavam nos *criollos*; por esse motivo, era raro esses últimos obterem uma patente mais alta, mesmo depois de 1789, quando a Espanha pôde abster-se dos poucos oficiais regulares vindos da Europa. A lição que os mexicanos aprenderam foi que o acesso à promoção militar, bem como aos cargos civis, estava cada vez mais restrito, e que a hostilidade oficial a privilégios corporativos parecia coincidir com uma reação contra a influência dos *criollos* no governo.

No mesmo momento em que reduziam os privilégios da América espanhola, os Bourbons exerciam um controle econômico mais rigoroso, forçando as economias locais a trabalhar diretamente para a Espanha e desviando para a metrópole o excedente de produção e de renda que por muito tempo haviam ficado retido nas colônias. A partir da década de 1750, foram feitos grandes esforços para aumentar a renda da coroa. Dois expedientes foram particularmente privilegiados: a imposição de monopólios sobre um número crescente de mercadorias, entre elas o fumo, as bebidas alcoólicas, a pólvora, o sal e outros produtos de consumo; e a avocação pelo governo da administração direta dos impostos que, tradicionalmente, eram arrendados a contratadores privados. A temida alcabala, ou imposto sobre as vendas, continuou a onerar todas as transações, e agora sua taxa havia subido, em alguns casos, de quatro para seis por cento, enquanto sua cobrança era feita com mais rigor. Normalmente, a nova receita não era gasta na própria América em obras e serviços públicos; era convertida imediatamente em espécie e remetida para a Espanha, privando as economias locais de vital suprimento de moeda. No México, a renda da coroa subiu de três milhões de pesos anuais, em 1712, para 14 milhões no final do século. Seis milhões desse total seguiram para o tesouro de Madri como puro lucro. Nos anos favoráveis, a renda colonial chegou a representar vinte por cento da receita do tesouro espanhol. Esse valor diminuiu para quase zero nos tempos da guerra com a Inglaterra, sobretudo nos anos de 1797-1802 e 1805-1808, embora ainda nessa época a coroa tenha arrecadado na América receitas indiretas com a venda de letras de câmbio e licenças aos países neutros – e às vezes ao próprio inimigo – para comerciar com as colônias.

Os habitantes da América, embora fossem obrigados a pagar por ela na forma de aumento de impostos e de escassez de guerra, não eram consulta-

dos sobre a política externa espanhola. Além das queixas de todos os consumidores, os interesses econômicos particulares tinham reclamações específicas. Os setores mineiros do México e do Peru pagavam somas substanciais na forma do quinto real, de impostos de guerra sobre a prata, de direitos sobre o refinamento e a cunhagem, de taxas sobre o fornecimento de mercúrio e pólvora controlados pelo Estado, sem falar dos empréstimos de guerra e de outras contribuições extraordinárias. E, a partir de 1796, quando a guerra com a Inglaterra impediu o abastecimento de mercúrio espanhol, os mineiros sofreram grandes perdas. Assim, as condições inerentes ao domínio espanhol eram consideradas obstáculos à produtividade e ao lucro. Não obstante, a Espanha valorizou a mineração e protegeu seus interesses. A partir de 1776, o Estado, reduzindo os custos de produção, diminuindo à metade o preço do mercúrio e da pólvora, isentando das *alcabalas* os equipamentos e matérias-primas da mineração, ampliando as facilidades de crédito e, no geral, melhorando a infra-estrutura da indústria, fez sua parte. Outros setores não foram assim tão privilegiados. Os interesses agrícolas fizeram várias queixas. Os fazendeiros reclamaram dos muitos impostos sobre a comercialização de animais e das *alcabalas* sobre todas as vendas e compras de animais; os produtores de açúcar e de bebidas alcoólicas queixaram-se das altas taxas; e os consumidores, peninsulares, *criollos* e *castas*, reclamaram dos impostos sobre as mercadorias de uso diário. É verdade que os ônus fiscais não transformaram, necessariamente, suas vítimas em revolucionários nem os encorajaram a reivindicar independência, mas os impostos criaram um clima de ressentimento e um desejo de obter algum tipo de autonomia local.

A partir de mais ou menos 1765, a resistência à tributação imperial foi constante e algumas vezes violenta. E como, a partir de 1779 e da guerra com a Inglaterra (1779–1783), a Espanha começara a apertar cada vez mais o torniquete, a oposição tornou-se mais arrogante. No Peru, em 1780, os distúrbios provocados pelos *criollos* foram empalmados pela rebelião indígena; e em Nova Granada, em 1781, os *criollos* e os *mestizos* surpreenderam as autoridades com a violência de seus protestos². A partir de 1796 e do reinício da guerra na Europa, as exigências de impostos se tornaram implacáveis, e de 1804 em diante aumentaram ainda mais. Exigiram-se doações das famílias ricas: no México, de quantias entre 50 mil e 300 mil pesos; no Peru, de somas

2. Consultar abaixo, pp. 52–54.

menores. Também os fundos de pensão militares, outros fundos públicos, os *consulados* (associações de comerciantes) e os *cabildos* (conselhos municipais) foram sangrados com esses pedidos de subsídio. É verdade que algumas dessas doações eram expressões de patriotismo da parte dos peninsulares e funcionários ricos, mas outras eram compulsórias, indignando as pessoas. A maior queixa derivou do decreto de consolidación, de 26 de dezembro de 1804, que ordenou o confisco de fundos de caridade na América e sua remessa para a Espanha.

Na sua aplicação ao México, o decreto atacou a propriedade da Igreja no seu ponto mais sensível. A Igreja possuía grandes recursos de capital. Em particular, as capelanias laicas e as fundações pias possuíam grandes reservas financeiras, acumuladas durante séculos com os legados dos fiéis. Colocando esse capital para render, as igrejas e os conventos do México agiam como instituições financeiras informais, emprestando dinheiro, a juros de cinco por cento ao ano, a comerciantes e donos de *haciendas*, na verdade a todos aqueles que quisessem levantar um empréstimo hipotecário para atender à compra de propriedades ou a outros gastos. Muito mais o capital do que a propriedade era a principal riqueza da Igreja mexicana e foi esse capital o principal motor da economia do México. Por força dessa lei, as capelas dotadas e os fundos pios foram exauridos enormemente, o que afetou não só a Igreja, mas também os interesses econômicos das muitas pessoas que esperavam obter capital e crédito dos fundos eclesiásticos. Entre essas pessoas incluíam-se os *hacendados* nobres e os pequenos fazendeiros, os proprietários urbanos e rurais, os mineiros e os comerciantes e uma série de tipos sociais, tanto espanhóis quanto *criollos*. As maiores agruras daí advindas foram talvez as experimentadas por grande número de pequenos e médios proprietários que, incapazes de reunir capital com suficiente rapidez, foram forçados a vender suas propriedades em condições extremamente desfavoráveis. Muitos proprietários rurais abastados tiveram dificuldade em saldar suas dívidas; alguns tiveram suas propriedades confiscadas e levadas a leilão. O clero ficou exasperado, especialmente o baixo clero, cujos membros viviam muitas vezes dos juros do capital emprestado. O bispo Manuel Abad y Queipo, que estimava o valor total do capital da Igreja investido na economia mexicana em 44,5 milhões de pesos, ou dois terços de todo o capital investido, advertiu o governo de que a resistência seria forte. Viajou pessoalmente a Madri para solicitar ao governo que repensasse o caso; Manuel Godoy, o primeiro-ministro de Carlos IV, não lhe deu qualquer satisfação. No devido tempo, porém, em con-

seqüência da invasão da Península por Napoleão, o odiado decreto foi suspenso, a princípio por iniciativa do vice-rei (agosto de 1808) e depois formalmente pela junta suprema instalada em Sevilha (4 de janeiro de 1809). Nesse meio tempo, cerca de dez milhões de pesos haviam sido enviados à Espanha e os funcionários que os coletaram, inclusive o vice-rei, dividiram entre si 500 mil pesos de comissão. O confisco da riqueza da Igreja sintetizou a política colonial espanhola na última década do império. Se não resultou em catástrofe e rebelião, mesmo assim seus efeitos foram trágicos para a Espanha. Essa medida ignorante e descuidada pôs a Igreja em alerta, ultrajou os proprietários e provocou grande crise de confiança. Foi um exemplo extremo de mau governo, expondo a corrupção dos funcionários espanhóis no México e o mau uso do dinheiro mexicano na Espanha. Ao implantar essa política, as autoridades quebraram a unidade peninsular no México e insuflaram muitos espanhóis contra a administração. E para os mexicanos essa foi a prova final de sua dependência, na medida em que viam o capital mexicano ser tirado da sua economia e desviado para a Espanha, para servir a uma política externa na qual não tinham voz nem interesse.

O confisco uniu ricos e pobres, espanhóis e *criollos*, em oposição à interferência imperial e em apoio a um maior controle sobre seus próprios negócios. Além disso, acontecia numa época em que maiores exigências de impostos já não podiam justificar-se como uma medida para aumentar a produtividade ou expandir o comércio.

Os planejadores Bourbons tentaram aplicar maior pressão fiscal numa economia em expansão e ao mesmo tempo controlada. E, em primeiro lugar, empreenderam a reorganização do comércio colonial para tirá-lo das mãos estrangeiras e assegurar retornos exclusivos para a Espanha. O ideal que tinham em vista era que os produtos espanhóis exportados fossem transportados em embarcações nacionais para um mercado imperial. Entre 1765 e 1776, desmontaram a velha estrutura do comércio transatlântico e abandonaram as antigas regras e restrições. Reduziram as taxas, aboliram o monopólio de Cádiz e de Sevilha, abriram livre comunicação entre os portos da Península e do mar das Antilhas e seu interior e autorizaram o comércio intercolonial. E em 1778 um comercio libre y protegido entre a Espanha e a América foi ampliado de modo a incluir Buenos Aires, o Chile e o Peru, e em 1789 a Venezuela e o México. Nos textos da época esteve sempre claro que o propósito do *comercio libre* era o desenvolvimento da Espanha, e não o da América; e a intenção era

ligar a economia colonial de modo mais estreito à da metrópole. Gaspar de Jovellanos, um dos economistas espanhóis mais liberais, elogiou o decreto de 1778, por dar maiores oportunidades à agricultura e à indústria espanholas num mercado que justificava sua existência mediante o consumo de produtos espanhóis: "As colônias são úteis na medida em que oferecem um mercado seguro para a produção excedente da metrópole"³.

Um pacto colonial desse teor exigiu que cerca de 80 por cento do valor das importações provenientes da América consistissem de metais preciosos, e o restante de matérias-primas comercializáveis, e que não se permitisse a instalação nas colônias de indústrias de processamento, salvo os engenhos de açúcar. Segundo esses critérios, o *comercio libre* foi um sucesso. Naturalmente, os decretos em si não conseguiram produzir desenvolvimento econômico. Em certa medida, o *comercio libre* apenas seguiu as tendências prevalentes na economia atlântica e deu-lhes expressão legal. No entanto, qualquer que tenha sido o grau de causalidade, não há dúvida de que a agricultura e a indústria espanholas experimentaram uma revivescência nesse período, o que se refletiu numa expansão do comércio transoceânico. Somente o transporte por mar aumentou em 86 por cento, subindo de 1 272 embarcações, em 1710-1747, para 2 365, em 1748-1778. As importações de ouro e de prata, do governo e de particulares, elevaram-se de 152 milhões de pesos, em 1717-1738, para 439 milhões, em 1747-1778, um aumento de 188 por cento; e os metais preciosos chegaram a constituir pelo menos 76 por cento do total das importações das colônias. A própria Cádiz, com a vantagem de possuir mais mercados compradores na América, continuou a dominar o comércio. É verdade que as exportações catalãs para a América, que haviam ajudado a preparar o caminho para o *comercio libre*, beneficiaram-se ainda mais da aplicação desses critérios e o comércio colonial de Barcelona revelou um crescimento ainda maior, inclusive nos produtos manufaturados. No entanto, Cádiz continuava a ser o primeiro porto da Espanha; o valor de suas exportações para a América era muito superior ao de qualquer outro porto, e no período de 1778-1796 montou a 76 por cento do total das exportações para as colônias americanas, ficando Barcelona em segundo lugar, com cerca de 10 por cento. Foi a era de ouro do comércio de Cádiz e um novo período

3. "Dictamen sobre embarque de paños extranjeros para nuestras colonias", *Obras de Jovellanos*, Madrid, 1952, vol. II, p. 71.

de desenvolvimento para a Espanha. O valor médio anual das exportações da Espanha para a América espanhola nos anos de 1782–1796 foi 400 por cento maior do que em 1778.

No entanto, mesmo durante esses anos, apareceram sinais inauspiciosos. A maior parte das exportações espanholas para a América se constituiu de produtos agrícolas, azeite de oliva, vinho e conhaque, farinha de trigo e frutas secas. Cerca de 40 por cento das exportações de Barcelona, o centro industrial da Espanha, eram constituídos de produtos agrícolas, sobretudo de vinhos e bebidas alcoólicas, enquanto suas exportações industriais consistiam quase que exclusivamente de têxteis; todos esses bens já eram produzidos na própria América, produção que iria desenvolver-se ainda mais. A exportação espanhola, em vez de complementar os produtos americanos, competia com eles, e o *comercio libre* nada fez para colocar as duas economias em sintonia. Ao contrário, foi projetado para estimular o setor dominante da economia espanhola, a agricultura. A lacuna industrial deixada pela Espanha era preenchida pelos estrangeiros, que continuavam a dominar o comércio transatlântico. Embora haja provas de que, após a metade do século, 1757–1776, a proporção de exportações industriais (71,84 por cento) em relação às agrícolas (28,16 por cento) aumentou em comparação ao período de 1720–1751 (54,43 e 45,57 por cento, respectivamente), poder-se-ia atribuir uma parcela substancial desse aumento aos produtos estrangeiros. Grande parte do comércio de Cádiz com a América consistia na reexportação de mercadorias estrangeiras. Em 1778, os produtos estrangeiros totalizaram 62 por cento das exportações registradas para a América, e também estiveram na dianteira em 1784, em 1785 e em 1787. Daí por diante a parcela de mercadorias nacionais (ainda predominantemente agrícolas) seria maior a cada ano, com exceção de 1791, e em 1794 a proporção se inverteu. No entanto, essa melhora do desempenho espanhol foi contraditada pelo contrabando e pela penetração estrangeira na própria América, época em que cerca de 75 por cento do total de remessas no comércio das colônias eram de origem estrangeira.

A Espanha permaneceu uma quase-metrópole, um pouco mais desenvolvida do que suas colônias. Mas o que o *comercio libre* fez para a América espanhola? Sem dúvida, deu algum estímulo a alguns setores da produção colonial. Abriam-se as rotas de comércio naturais da América e as exportações hispano-americanas para a metrópole aumentaram substancialmente após 1782. As exportações de couros de Buenos Aires, de cacau e outros produtos da Venezuela, de açúcar de Cuba, cresceram sensivelmente. No México

tinha nascido uma nova classe comercial, e os imigrantes espanhóis começavam a competir com os antigos monopolistas. Apesar da oposição dos tradicionais grupos de interesses em Cidade do México, foram criados novos *consulados* em Veracruz e em Guadalajara (1795). A pressão em favor do crescimento e desenvolvimento tornou-se mais premente: os relatórios dos *consulados* chamavam a atenção para os recursos potenciais do país e clamavam por mais comércio, por aumento da produção local, por maior possibilidade de escolha e por preços menores. Não se tratava de reivindicações de independência, mas os *consulados* exprimiam uma frustração comum diante dos obstáculos ao desenvolvimento e da insatisfação com o monopólio comercial espanhol. Como escreveu o secretário do *consulado* de Veracruz em 1817, “entre os motivos, reais ou imaginários, invocados pelos rebeldes para acender a chama da insurreição, um deles foi a queixa contra a escassez e o alto preço dos produtos, nacionais e estrangeiros, oferecidos pelos comerciantes da Península”. Na verdade, o *comercio libre* deixou o monopólio legalmente intacto. As colônias ainda estavam impedidas de ter acesso direto aos mercados internacionais, exceto por meio dos caminhos incertos do contrabando. Ainda estavam submetidas a taxas discriminatórias e mesmo a proibições totais em favor das mercadorias espanholas. O novo impulso que foi dado ao comércio espanhol logo saturou esses mercados limitados, de modo que as colônias se defrontaram com um problema freqüente: lucrar o suficiente para pagar as crescentes importações. As bancarrotas se repetiram, a indústria local declinou, mesmo os produtos agrícolas, como o vinho e o conhaque, estavam sujeitos à concorrência das importações; e os metais preciosos se escoaram nessa luta desigual.

A metrópole não tinha os meios nem o interesse de fornecer os vários fatores de produção necessários ao desenvolvimento, nem de investir no crescimento, ou de coordenar a economia imperial. Isso valia não apenas para uma colônia negligenciada como Nova Granada, mas também para uma economia mineira como a do Peru, onde a agricultura se via desalentada por falta de mão-de-obra, de capital e de transportes, onde os consumidores dependiam do Chile para o abastecimento de cereais e onde somente os recursos minerais a salvavam da estagnação total. Além disso, a metrópole

4. JAVIER ORTIZ DE LA TABLA DUCASSE, *Comercio exterior de Veracruz 1778–1821: Crisis de dependencia*, Sevilla, 1978, p. 113.

mercadorias estrangeiras; e manter a dependência era considerado mais importante do que atenuar suas consequências. Um axioma predominante entre os políticos e funcionários espanhóis era que a dependência econômica constituía uma condição prévia da subordinação política, e que o desenvolvimento das manufaturas nas colônias levaria à auto-suficiência e à autonomia. Em consideração às determinações da coroa, os funcionários coloniais freqüentemente desviavam os olhos da realidade. Antonio de Narváez y la Torre, governador de Santa Marta, relatou, em 1778, que havia ponderado consigo mesmo se devia instalar fábricas para a manufatura do algodão, já que eram abundantes as ofertas locais de matéria-prima da melhor qualidade, mas decidira não fazê-lo, em benefício do sistema pelo qual “a América fornece à Espanha as matérias-primas que essa vasta e fértil terra produz e a Espanha as redistribui como manufaturas feitas por seus artesãos e indústrias; dessa forma, todos são empregados de acordo com o caráter de ambas as regiões e são mantidos as relações, os vínculos e a dependência mútua de cada parte do império”⁶. Os manufatureiros espanhóis estavam em constante alerta para impedir qualquer violação dessa fórmula. Particularmente a Catalunha que, não tendo um escoadouro para suas manufaturas no estagnado e isolado interior espanhol, precisava de um mercado americano que fosse grande consumidor de seus tecidos e de outras mercadorias e um fornecedor de algodão em rama. As oficinas têxteis do México e de Puebla produziam o suficiente para pôr em alerta os manufatureiros de Barcelona, que freqüentemente se queixavam dos efeitos da concorrência local sobre suas exportações e tentavam junto à coroa “ordens mais rigorosas para a imediata destruição das fábricas têxteis instaladas nessas colônias”⁷.

Revelou-se aí um conflito direto de interesses, e a reação do governo imperial foi a esperada. O decreto real de 28 de novembro de 1800 proibiu a instalação de manufaturas nas colônias, seguido de um outro, de 30 de outubro de 1801, que se referia “à instalação excessiva de fábricas e maquinaria, em conflito com as que já prosperam na Espanha, cuja finalidade é suprir prioritariamente as nossas Américas”. O governo explicava que não podia permitir o aumento de instalações industriais mesmo durante os tempos de guerra, pois desviavam a mão-de-obra das tarefas essenciais de mineração do

6. SERGIO ELÍAS ORTIZ (ed.), *Escritos de dos economistas coloniales*, Bogotá, 1965, pp. 25–26.

7. ANTONIO GARCÍA-BAQUERO, *Comercio colonial y guerras revolucionarias*, Sevilla, 1972, p. 83.

estava ocupada prioritariamente em atender ao próprio comércio com as colônias e não promovia em base contínua o comércio intercolonial. O império espanhol continuava sendo uma economia desarticulada, na qual a metrópole lidava com uma série de partes separadas, muitas vezes em detrimento do todo. O mundo hispânico não se caracterizou pela integração, e sim pela rivalidade do Chile com o Peru, de Guayaquil com Callao, de Lima com Río de la Plata, de Montevideu com Buenos Aires, antecipando, enquanto colônias, as divisões das futuras nações.

O papel da América permaneceu o mesmo: consumir as exportações espanholas e fornecer minerais e alguns produtos tropicais. Nesses termos, o *comercio libre* estava destinado a aumentar sua dependência, voltando a um conceito primitivo de colônia e a uma tosca divisão do trabalho, após um longo período no qual a inércia e a negligência haviam permitido um certo grau de crescimento autônomo. Agora, a entrada de produtos manufaturados prejudicava as indústrias locais, que muitas vezes não tinham condições de competir com produtos importados mais baratos e de melhor qualidade. As indústrias têxteis de Puebla e de Querétaro, as *obrajes* de Cuzco e de Tucumán, foram todas atingidas pela concorrência daninha da Europa. As exportações de Guayaquil, fonte tradicional de produtos têxteis, para muitas partes da América declinou de 440 fardos, em 1768, para 157, em 1788. Daí por diante a indústria têxtil de Quito permaneceu desestimulada, desbancada do mercado peruano e de outros pelos artigos importados mais baratos da Europa. A decadência da produção têxtil de Quito foi relatada com satisfação pelo arcebispo Antonio Caballero y Góngora, vice-rei de Nova Granada (1782–1789), quando observou ao mesmo tempo que a agricultura e a mineração eram “as funções apropriadas para as colônias”, enquanto as indústrias simplesmente forneciam “produtos que deviam ser importados da metrópole”⁵. O fato de a Espanha sozinha não ter capacidade de fabricar os manufaturados que suas colônias necessitavam não invalidava, na mente dos governantes espanhóis, sua política. Não obstante, a Espanha contava com um pequeno setor industrial, cioso de seus interesses; para complementá-lo, os comerciantes espanhóis ainda podiam obter lucros com a reexportação de

5. “Relación del estado del Nuevo Reino de Granada” (1789), JOSÉ MANUEL PÉREZ AYALA, *Antonio Caballero y Góngora, virrey y arzobispo de Santa Fe 1723-1796*, Bogotá, 1951, pp. 360–361.

ouro e da prata e da produção de mercadorias coloniais. Os funcionários eram instruídos a averiguar o número de fábricas instaladas em seus setores e a “efetuar sua destruição pelos meios mais apropriados que pudessem imaginar, mesmo que isso significasse confiscá-las em nome do tesouro real, sob o pretexto de torná-las produtivas”⁸. Mas os tempos estavam mudando e de 1796 a 1802, quando a guerra com a Inglaterra isolou as colônias da metrópole, os manufatureiros têxteis locais conseguiram iniciar ou retomar suas atividades; e de 1804 em diante a guerra passou a oferecer maiores oportunidades. Juan López Cancelada lembrou, em Cádiz, em 1811, que “cada uma das guerras que tivemos com a nação inglesa foi causa de aumento de manufaturas na Nova Espanha”, e exemplificou com o caso das fábricas têxteis do catalão Francisco Iglesias, no México, que empregavam mais de dois mil trabalhadores⁹. Os manufatureiros espanhóis opuseram-se a esses desenvolvimentos até a morte.

As colônias serviam a Espanha por meio de suas minas, das grandes lavouras e da pecuária, agora como nunca acontecera antes, mas, mesmo nessas funções adequadas, as relações com a metrópole estavam sujeitas a crescente tensão. No decurso do século XVIII, a produção mexicana de prata elevou-se continuamente de cinco milhões de pesos, em 1702, para 18 milhões, na década de 1770, período de grande crescimento, e atingiu o pico de 27 milhões, em 1804. Nessa época, o México foi responsável por 67 por cento de toda a prata produzida na América, posição que resultou de uma conjunção de circunstâncias – veios excepcionalmente ricos, melhorias na tecnologia, consolidação de minas em propriedades maiores, diminuição dos custos de produção mediante isenções tarifárias. Então, a partir da década de 1780, a indústria recebeu grandes injeções de capital aplicadas pelos comerciantes, um subproduto do próprio *comercio libre*. Os novos comerciantes ingressavam no setor com menos capital, porém com maior capacidade empresarial. Com a diminuição dos lucros em razão da concorrência, os antigos monopolistas começaram a retirar seu capital do comércio transatlântico, à procura de investimentos mais rendosos, entre eles a mineração, com resultados compensadores tanto para a economia quanto para si próprios. O México mostrou excepcional sucesso nesse sentido. No Alto Peru,

nem tudo correu bem com a mineração da prata, mas Potosí sobreviveu e continuou a produzir algum excedente para a Espanha. O Baixo Peru aumentou sua produção de prata no final do século XVIII, um crescimento modesto em comparação ao do México, mas vital para o comércio ultramarino da colônia. O total de prata registrada elevou-se de 246 mil marcos em 1777 para um pico de 637 mil marcos em 1799, mantendo seu nível alto até 1812. (Um marco equivalia a 8 onças.) Durante esse período a melhoria das técnicas de drenagem, o abandono dos investimentos em Potosí, uma oferta de mão-de-obra livre e o apoio do tribunal de mineração, tudo isso contribuiu para uma grande produção.

O final do ciclo colonial da mineração, por mais importante que tenha sido para as economias locais, não atendeu totalmente aos interesses da coroa. Em primeiro lugar, a metrópole era pressionada cada vez mais pelas colônias a manter os suprimentos vitais de mercúrio e de equipamentos, o que, evidentemente, não era possível nos tempos de guerra; o resultado foi que se passou a ver a própria Espanha como um obstáculo ao crescimento. Em segundo lugar, numa das grandes ironias da história colonial espanhola, o apogeu da grande era da prata coincidiu com a destruição do poder naval da Espanha e, por conseguinte, de seu comércio colonial. De 1796 em diante, a Espanha e seus comerciantes tiveram de assistir, impotentes, ao desvio dos frutos do império para as mãos de outros, à medida que os lucros do crescimento da produção mineira corriam o risco de ser pilhados por piratas estrangeiros ou reduzidos pelo comércio dos negociantes estrangeiros.

Na agricultura, assim como na mineração, foi impossível conciliar os interesses da Espanha com os da América. Os proprietários rurais *criollos* procuravam mercados de exportação maiores do que a Espanha podia oferecer. Na Venezuela, os grandes latifundiários, produtores de cacau, de anil, de fumo, de café, de algodão e de couros, viam-se permanentemente frustrados pelo controle espanhol do comércio de importação-exportação. Mesmo após a instalação do *comercio libre*, a nova casta de comerciantes, fossem espanhóis ou venezuelanos alinhados com a Espanha, exerceram poderosa influência monopolista sobre a economia venezuelana, remunerando mal as exportações e carregando no preço das importações. Os proprietários rurais e os consumidores *criollos* exigiram mais negócios com os estrangeiros, acusaram os comerciantes espanhóis de “opressores”, atacaram a idéia de que o comércio existia “somente para o proveito da metrópole” e se manifestaram contra o que chamavam, em 1797, “o espírito de monopólio sob o qual esta província pade-

8. GARCIA-BAQUERO, *op. cit.*, p. 84.

9. ORTIZ DE LA TABLA DUCASSE, *Comercio exterior de Veracruz*, pp. 336–339.

ce”¹⁰. Também no Río de la Plata, o *comercio libre* introduziu um número maior de comerciantes espanhóis para controlar o comércio de Buenos Aires, às vezes em conluio com os agentes locais. Todavia, na década de 1790, esses foram afrontados pelos comerciantes *porteños* independentes, que exportavam couros, empregavam seu próprio capital e embarcações e ofereciam melhores preços aos *estancieros*. Essas empresas queriam liberdade de negociar diretamente com todos os países e de exportar os produtos da região sem restrições. Em 1809, fizeram pressão em favor da abertura do porto ao comércio com a Inglaterra, projeto combatido fortemente pelos espanhóis, pelos catalães e por outros empreendimentos peninsulares. Contudo, mesmo na colônia, os interesses econômicos não eram homogêneos nem estavam unificados numa visão de independência; e o crescente regionalismo, com uma província exigindo proteção para os produtos locais e outra querendo liberdade de comércio, criou suas próprias divisões. Ainda assim, fortaleceu-se a convicção de que, qualquer que fosse a solução dada a esses problemas, eles somente poderiam ser resolvidos por decisões autônomas.

O papel imperial da Espanha e a dependência da América foram submetidos a seu teste final durante a longa guerra com a Inglaterra, a partir de 1796. Em abril de 1797, depois de vencer a esquadra espanhola no cabo de São Vicente, o almirante Nelson fundeu um esquadrão britânico ao largo do porto de Cádiz e impôs um bloqueio total. Ao mesmo tempo, a Armada Real bloqueou os portos hispano-americanos e atacou os navios comerciais da Espanha em alto-mar. Os resultados foram dramáticos. O comércio de Cádiz para a América, já em recessão desde 1793, paralisou totalmente. As importações da Espanha feitas por Veracruz caíram de 6,549 milhões de pesos, em 1796, para 520 mil pesos em 1797; as exportações, de 7,304 milhões de pesos para 238 mil; e os preços de muitos produtos europeus sofreram um aumento de cem por cento. Em toda a América, os *consulados* relatavam a extrema escassez de bens de consumo e de produtos básicos. E, enquanto as empresas americanas exigiam o acesso aos fornecedores estrangeiros, os comerciantes de Cádiz insistiam na manutenção do monopólio. Enquanto a Espanha examinava esse dilema, a decisão foi tirada de suas mãos. Havana simplesmente abriu seus portos aos produtos dos Estados Unidos e de outros navios neutros. Dessa forma, a Espanha foi obrigada a aceitar o mesmo para toda a América espanhola, sob o

risco de perder totalmente o controle – e renda. Como medida de emergência, foi expedido um decreto (18 de novembro de 1797) que permitia o comércio legal, sob taxas altíssimas, com a América espanhola em navios neutros, ou, como declarava o decreto, “em barcos nacionais ou estrangeiros que saíssem de portos de potências neutras ou dos portos espanhóis, com a obrigação de retornar aos últimos”¹¹. O objetivo era converter os países neutros nos intermediários do comércio com as colônias espanholas, o melhor meio de evitar o bloqueio inglês e de suprir a falta de uma frota mercante espanhola. De fato, eles se tornaram praticamente os únicos transportadores, a única linha vital de comunicação entre as colônias espanholas e os mercados e as ofertas de produtos. Os resultados foram tão reveladores quanto a interrupção anterior. Sob o comércio neutro, as importações para Veracruz subiram de 1 799 000 pesos, em 1789, para 5 510 400 em 1799; e as exportações, de 2 230 400 para 6 311 500.

Essas concessões de tempo de guerra foram feitas com relutância e rapidamente revogadas. O governo espanhol temia que seu controle lhe estava escapando das mãos em favor do comércio e da indústria do inimigo, pois durante esse período o comércio colonial ficou quase inteiramente entregue aos estrangeiros, entre eles, indiretamente, os ingleses, cujas mercadorias entravam no país por intermédio dos países neutros. A Espanha ficava, assim, com todos os ônus do império sem qualquer de seus benefícios. Naturalmente, os comerciantes de Cádiz e de Barcelona protestaram e, apesar dos contraprotostos das colônias, a permissão foi revogada em 20 de abril de 1799. No entanto, o resultado foi ainda mais prejudicial para a Espanha, pois ignorou-se a revogação. Colônias como Cuba, Venezuela e Guatemala prosseguiram em suas relações comerciais com os países neutros, e a frota norte-americana continuou a comerciar com Veracruz, Cartagena e Buenos Aires. Os navios espanhóis simplesmente eram incapazes de fazer a travessia entre Cádiz e a América, tal era a superioridade da força marítima da Inglaterra: dos 22 navios que deixaram Cádiz nos doze meses após a ordem de abril de 1799, apenas três chegaram a seu destino. Dessa forma, foram os países neutros que salvaram o comércio colonial e foram eles que lucraram. Esse comércio não deixou também de beneficiar as colônias, pois melhorou as fontes de produtos de importação e retomou a procura de mercadorias de exportação. O governo espanhol, pelo decreto de 18 de julho de 1800, renovou a proibição do comércio com países

10. E. ARCILA FARIAS, *Economía colonial de Venezuela*, México, 1946, pp. 368–369.

11. SERGIO VILLALOBOS R., *El comercio y la crisis colonial*, Santiago, 1968, p. 68.

neutros, mas a essa altura a América espanhola se havia habituado a negociar diretamente com seus clientes e fornecedores e não houve como deter o comércio com os estrangeiros. Com a continuação da guerra, a Espanha foi forçada a aceitar os fatos. No ano de 1801, Cuba e Venezuela receberam permissão especial para negociar com países neutros. E, para garantir um espaço próprio, a Espanha viu-se reduzida a vender licenças a várias companhias européias e norte-americanas, e a espanhóis particulares, para comerciar com Veracruz, Havana, Venezuela e Río de la Plata; muitas cargas dessas companhias se compunham de produtos manufaturados ingleses, que viajavam com licenças inglesas e espanholas, retornando para a Espanha, para portos neutros, ou mesmo para a Inglaterra com ouro, prata ou produtos coloniais.

O monopólio comercial espanhol chegou definitivamente a seu termo no período entre 1797 e 1801; a independência econômica das colônias estava consideravelmente mais próxima. Em 1801, as exportações coloniais de Cádiz haviam diminuído 49 por cento em relação a 1799 e as importações, 63,24 por cento. Enquanto isso, o comércio entre os Estados Unidos e as colônias espanholas sofria vigoroso impulso, com as exportações subindo de 1 389 219 dólares, em 1795, para 8 437 659, em 1801, e as importações, de 1 739 138 dólares para 12 799 888.¹¹ É verdade que a Paz de Amiens, assinada em 1802, ofereceu à Espanha a possibilidade de restabelecer as comunicações com as colônias, e os comerciantes voltaram mais uma vez a procurar os portos e mercados americanos. Assistiu-se a forte retomada do comércio: nos anos de 1802–1804 Cádiz se recuperou, embora 54 por cento de suas exportações para a América se constituíssem de mercadorias estrangeiras. Mas foi impossível restabelecer o antigo monopólio: agora as colônias tinham estabelecido linhas ativas de negócio com os estrangeiros, especialmente com os Estados Unidos, e perceberam as vantagens óbvias que até então lhes haviam sido negadas.¹² A retomada da guerra com a Inglaterra simplesmente veio a confirmá-lo.

Os últimos resquícios do poder marítimo espanhol estavam agora eliminados. Em 5 de outubro de 1804, antecipando a declaração oficial de guerra à Espanha, fragatas inglesas interceptaram enorme carregamento de metais preciosos proveniente de Río de la Plata, puseram a pique um navio espanhol e capturaram três outros que transportavam cerca de 4,7 milhões de pesos. No ano seguinte, a catástrofe se completou em Trafalgar; sem uma frota no Atlântico, a Espanha ficou isolada das Américas. As importações de produtos e metais preciosos das colônias despencaram, e em 1805 as exportações de Cádiz diminuíram para 85 por cento do total de 1804. A estrutura do mundo

espanhol começava a esboroar-se. Mais uma vez as colônias, com o bloqueio e a depreciação de seus produtos de exportação e a escassez e a carestia das mercadorias importadas, começaram a protestar. Novamente, outras potências se movimentaram para suplantá-la. A extinção do comércio espanhol com as colônias americanas coincidiu com a desesperada investida da Inglaterra para compensar o fechamento dos mercados europeus pelo bloqueio continental de Napoleão. Houve então nova necessidade de recorrer ao comércio de contrabando inglês, que ao mesmo tempo ficava com os lucros e com o motor da guerra, o dinheiro, mostrando às colônias, como observou um funcionário espanhol, como “os ingleses tiram de nossos territórios o dinheiro que lhes dá o poder de nos destruir”¹². Havia um único meio de impedir o contrabando: admitir o comércio com os países neutros; em 1805, mais uma vez esse comércio foi autorizado, agora sem a obrigação de retornar à Espanha. A metrópole estava agora virtualmente eliminada do Atlântico. A partir de 1805 as frotas de países neutros dominavam o comércio de Veracruz, contribuindo com 60,53 por cento do total de importações em 1807 e 95,11 por cento das exportações (mais de 80 por cento em prata). Em 1806, não entrou em Havana um único barco da Espanha, e o comércio cubano era feito com os países neutros, as colônias estrangeiras e as espanholas. Em 1807 a metrópole não recebeu um único carregamento de metais preciosos.

O efeito das guerras sobre a Espanha equivaleu a um desastre nacional. Toda uma série de produtos agrícolas, juntamente com mercadorias manufaturadas, foram privados de seu mercado vital; se, de um lado, isso causou uma recessão no setor agrícola, de outro, cerca de um terço da indústria têxtil encerrou suas atividades. Tanto a indústria quanto os consumidores sentiram a escassez das matérias-primas coloniais, e a falta de remessa de metais preciosos atingiu não somente o governo como também os comerciantes. A coroa precisou buscar novas fontes de renda: a partir de 1799 tentou impor parcimônia na administração e exigiu uma contribuição de 399 milhões de *reales*; iniciaram-se novas emissões de títulos da dívida do Estado, aumentaram-se os impostos sobre as importações e finalmente decretou-se a desastrosa *consolidación*. O futuro da Espanha como potência imperial estava agora seriamente em xeque. Perdera-se o monopólio econômico sem qual-

12. Antonio de Narváez, Cartagena, 30 de junho de 1805, em ORTIZ, *Escritos de dos economistas coloniales*, p. 112.

quer possibilidade de recuperação. Tudo o que restou foi o controle político, e mesmo este estava sob crescente tensão.

Em 27 de junho de 1806, uma força expedicionária inglesa, que partira do cabo da Boa Esperança, ocupou Buenos Aires. Na avaliação correta dos invasores, tinham pouco a temer da parte do vice-rei espanhol e de suas forças, mas subestimaram a vontade e a capacidade de defesa dos habitantes da cidade. Um exército local, ampliado por uma força de voluntários e comandado por Santiago Liniers, um oficial francês a serviço dos espanhóis, atacou os ingleses em 12 de agosto e forçou-os a capitular. A expedição original não fora autorizada, mas o governo inglês foi obrigado a dar-lhe continuidade, com o envio de reforços. E, assim, capturaram Montevideú em 3 de fevereiro de 1807. Novamente a reação local foi decisiva. O incompetente vice-rei foi deposto pela *audiencia* e Liniers foi nomeado capitão-general. Mais uma vez foram empregadas as milícias *criollas*. E os invasores favoreceram sua ação: cruzando o rio da Prata a partir de Montevideú, os ingleses avançaram contra o centro de Buenos Aires, onde foram encurralados pelos defensores, sendo forçados a capitular e a concordar em retirar-se do país.

As invasões inglesas de Buenos Aires proporcionaram uma série de lições. Aparentemente, os hispano-americanos não pretendiam trocar um domínio imperial por outro. Mesmo assim, a Espanha teve pouco com que se alegrar. Suas defesas coloniais haviam sido expostas e sua administração, humilhada. A deposição do vice-rei foi um acontecimento nunca visto com significação revolucionária. Foram os habitantes locais, e não a Espanha, que defenderam a colônia. Os *criollos* em especial haviam experimentado o poder, descobriram sua força e adquiriram novo senso de identidade, e mesmo de nacionalidade. Assim, a fraqueza da Espanha na América introduziu os *criollos* na política.

Novas oportunidades no governo e no comércio atraíram um número crescente de espanhóis para a América na segunda metade do século XVIII. Alguns tentaram um emprego na nova burocracia; outros seguiram a rota do *comercio libre*. Saindo do norte da Espanha, os imigrantes chegaram a formar uma classe empresarial bem-sucedida, ativa no comércio e na mineração e reforçada constantemente por recém-chegados da Península, onde o crescimento populacional exigia mais terras e empregos e fornecia uma justificativa diferente do império espanhol. Os hispano-americanos sentiram que eram vítimas de uma invasão, de uma nova colonização, de mais uma investida contra o comércio e os cargos públicos. Ainda assim, os dados demográficos esta-

vam a favor dos *criollos*. Por volta de 1800, segundo Alexander von Humboldt, numa população total de 16,9 milhões da América espanhola, 3,2 milhões eram brancos, dos quais somente 150 mil peninsulares. Na verdade, o número correto de peninsulares era até inferior, mais próximo de 30 mil e não mais de 40 mil em toda a América espanhola. Mesmo no México, a região de maior imigração, havia somente 14 mil peninsulares numa população total de seis milhões, dos quais um milhão eram brancos. Essa minoria não podia esperar manter indefinidamente o poder político. Apesar do aumento da imigração, a tendência populacional estava contra eles. A independência tinha uma inevitabilidade demográfica e representava apenas a derrubada de uma minoria pela maioria. Mas havia nisso mais do que números.

É possível que todos os espanhóis fossem iguais perante a lei, peninsulares ou *criollos*. Mas a lei não era tudo. Basicamente, a Espanha não confiava nos americanos para ocupar postos de responsabilidade política; os espanhóis nascidos na Península continuavam a ser preferidos na ocupação dos cargos mais altos e no comércio transatlântico. Alguns *criollos*, proprietários de terras e talvez de minas, tinham fortuna suficiente para ser classificados entre a elite, ao lado dos peninsulares. Mas a maioria tinha apenas uma renda moderada. Alguns eram *hacendados* em luta com suas hipotecas e despesas domésticas; outros eram administradores de propriedades ou de minas, ou homens de negócio locais; outros tiravam seu sustento com dificuldade de suas profissões; e alguns *criollos* pobres se diluíam nas camadas mais altas das classes populares, onde se ligavam a *mestizos* e *mulattos* por casamento e mobilidade social. Foram os americanos da primeira geração os que sofreram maiores pressões, pois foram imediatamente instigados por nova onda de imigrantes e, como estavam mais próximos dos europeus, tinham uma consciência mais aguda da própria condição desfavorável. Assim, para os *criollos*, os cargos públicos não eram uma honraria, mas uma necessidade. Não queriam apenas igualdade de oportunidades com os peninsulares, ou uma primazia nas nomeações; queriam tudo isso em suas próprias regiões, considerando estrangeiros os *criollos* de outros lugares, pouco mais bem-vindos que os peninsulares. Durante a primeira metade do século XVIII, as necessidades financeiras da coroa estimularam-na a vender cargos públicos aos *criollos*, que assim passaram a ter participação ordinária, quando não predominante, nas *audiencias* coloniais. No período de 1687 a 1750, de um total de 311 pessoas nomeadas para *audiencias*, 138, ou 44 por cento, eram *criollos*. Em toda a década de 1760, a maioria dos juízes nas *audiencias* de Lima, de Santiago e de Cidade do México era consti-

tuída de *criollos*. As conseqüências para o governo espanhol foram óbvias. A maioria dos *oidores* (juízes) *criollos* estavam ligados por parentesco ou por interesses à elite fundiária, e as *audiencias* se haviam convertido numa reserva das famílias ricas e poderosas de suas regiões, de modo que a venda de cargos acabou por formar uma espécie de representação *criolla*.

O governo imperial emergiu de sua inércia e, a partir de 1750, começou a restabelecer sua autoridade, reduzindo a participação *criolla* tanto na Igreja quanto no Estado e rompendo os vínculos entre os burocratas e as famílias locais. Foi devolvido aos europeus o privilégio de indicar os ocupantes de cargos superiores da Igreja. Era raro encontrar um *criollo* entre os novos intendentes. Um número crescente de funcionários financeiros do escalão mais alto eram nomeados diretamente pela metrópole. Os oficiais militares *criollos* foram substituídos por espanhóis reformados. O objetivo da nova política era desamericanizar o governo da América, e nisso ela foi vitoriosa. Extinguiu-se a venda de cargos na *audiencia*, reduziu-se a parcela dos *criollos* em cargos públicos e agora os *criollos* raramente eram nomeados em suas próprias regiões. No período de 1751 a 1808, das 266 nomeações para as *audiencias* americanas somente 62 (23 por cento) foram destinadas aos *criollos*, contra 200 (75 por cento) aos peninsulares. Em 1808, dos 99 homens dos tribunais coloniais apenas seis *criollos* foram nomeados para seus próprios distritos e 19 para distritos diferentes.

A consciência da diferença entre os *criollos* e os peninsulares foi ressaltada pelo novo imperialismo. Como Alexander von Humboldt observou: "O europeu mais baixo e com menos educação e cultura acredita ser superior ao branco nascido no Novo Mundo"¹³. No Río de la Plata, Félix de Azara relatava que a aversão mútua era tão grande que muitas vezes ela existia até mesmo entre pai e filho, entre marido e mulher. No México, Lucas Alamán estava convencido de que esse antagonismo, nascido da preferência dada aos peninsulares para cargos e oportunidades, foi a "causa" da revolução em favor da independência.

A moderna historiografia não está tão segura disso. Argumenta-se que a função das elites coloniais como empresários econômicos, que investiam na agricultura, na mineração e no comércio, tendia a fundir os grupos *criollos* e peninsulares, do mesmo modo que sua associação nas atividades rurais e

urbanas. Apesar da política dos Bourbons, continuava a existir um vínculo estreito entre as famílias locais e a burocracia colonial. No Chile, a elite *criolla* estava profundamente integrada aos grupos políticos e de parentesco e preferia manipular a administração a combatê-la. No Peru, formaram-se grupos de oligarquias fundiárias, mercantis, municipais e burocráticas, aos quais os peninsulares e os *criollos* se integraram para formar uma classe dirigente branca. No México, a nobreza – cerca de cinquenta famílias – conjugou-se numa série de papéis e cargos. Um grupo fez fortuna no comércio de ultramar, investiu seus lucros em minas e na agricultura e atuou prioritariamente no setor de exportações. Era constituído principalmente de peninsulares. Outros, em sua maioria *criollos*, concentraram-se na mineração e na produção agrícola destinada ao setor mineiro. Todos faziam grandes gastos no consumo ostensivo, no *status* militar e na Igreja. E a confrontar a burocracia imperial, preferiam cooptá-la pelo casamento e pelo interesse. Acabaram por perceber que havia um limite para sua influência, que a Espanha continuava a frustrar o desenvolvimento mexicano, taxava a riqueza da região e oferecia ao México um governo inferior. Mesmo que isso os tenha afastado da política dos Bourbons, não os tornou, necessariamente, defensores da independência. Em toda a América espanhola as guerras de independência, quando aconteceram, foram embates entre defensores e opositores civis da Espanha e em ambos os lados foram encontrados *criollos*. Dessa maneira, considera-se que as funções, os interesses e o parentesco são mais importantes do que a dicotomia *criollos*-peninsulares e diminuem a importância dessa dicotomia. A tese é um corretivo útil para o exagero, mas a história toda não é essa.

Os indícios de antipatia entre *criollos* e peninsulares são por demais específicos para que se possa negá-los e estão por demais disseminados para que se deva desconsiderá-los. A rivalidade entre eles era parte da tensão social da época. Ela fez falar os contemporâneos, induziu os viajantes a tecer comentários, impressionou os funcionários. A burocracia espanhola estava consciente da divisão e assim também os americanos. Em 1781, os comuneros de Nova Granada exigiam cargos para "os *criollos* nascidos neste reino" e insistiam em que os "nacionais desta América devem ser preferidos e privilegiados com relação aos europeus"¹⁴.

13. ALEXANDER VON HUMBOLDT, *Ensayo político sobre el reino de la Nueva España*, 6. ed. espanhola, México, 1941, 4 vols. A citação aparece no vol. II, p. 117.

14. JOHN LEDDY PHELAN, *The People and the King: The Comunero Revolution in Colombia, 1781*, Madison, 1978, pp. 174, 179–180.

No México, os membros de um grupo estreitamente interligado de imigrantes da Península, que haviam feito fortuna no comércio, nas finanças e na mineração, casavam-se às vezes com membros da rica elite local. Muitas vezes seus herdeiros *criollos* perderam a fortuna da família com investimentos em terras, e os baixos rendimentos, as hipotecas e uma vida extravagante frustraram suas expectativas e suscitaram um ressentimento que, embora irracional, não deixou de ser real. Na Venezuela, a aristocracia *criolla*, os *mantuanos*, era formada por um grupo poderoso de proprietários rurais, de ocupantes de cargos públicos e de membros do *cabildo*, que se aproveitaram da expansão do comércio no tempo dos Bourbons para aumentar suas exportações de cacau e de outras mercadorias. No entanto, o crescimento econômico tanto os ameaçou quanto os favoreceu. Os comerciantes monopolistas espanhóis da Venezuela aumentaram seu controle sobre o comércio de importação-exportação. Além disso, o crescimento atraiu para a colônia enxames de novos imigrantes, bascos, catalães e sobretudo canários, homens pobres mas ambiciosos, que logo controlaram a ponta venezuelana do comércio com a Espanha e com o interior do país, transformaram-se em donos de armazéns, de lojas de atacado e de varejo, e de bares. Decerto, pode-se dizer que o antagonismo entre os proprietários rurais e os comerciantes significava uma hostilidade entre produtores e compradores, sem a necessidade de recorrer ao argumento *criollo*-peninsular. Entretanto, permanecia o fato de que os comerciantes dependiam da Espanha para manter seu monopólio. O bloqueio inglês deu-lhes condições de espremer ainda mais os produtores *criollos*, pagando-lhes preços mínimos pelos produtos exportados e carregando muito no preço dos artigos importados. Por isso, opuseram-se fortemente ao comércio com os países neutros, “como se”, queixavam-se em 1798 os produtores venezuelanos, “nossas leis comerciais tivessem sido feitas exclusivamente para o benefício da metrópole”¹⁵.

Além disso, os novos peninsulares usurpavam as prerrogativas políticas da aristocracia venezuelana. Em 1770, a coroa proclamou o princípio pelo qual os espanhóis europeus tinham tanto direito quanto os americanos de ocupar cargos públicos na Venezuela. Com o apoio da coroa, os peninsulares agora apressaram-se a dividir com os venezuelanos os cargos do *cabildo* e a

dominar a *audiencia*, órgão de criação recente. Na Venezuela, como em toda a parte, a reação espanhola ao domínio *criollo* se fez sentir nas últimas décadas do império e lá também os cargos públicos eram buscados pelos *criollos*, não apenas como honraria, mas como um meio de controlar a política e defender seus privilégios tradicionais. Os últimos Bourbons, ao favorecer os peninsulares em detrimento dos *criollos*, ao usar a América como prêmio para espanhóis, acentuaram as divisões existentes e aumentaram o afastamento dos *criollos*.

Se os *criollos* tinham um olho nos seus senhores, mantinham o outro em seus servidores. Os *criollos* tinham total consciência da pressão social que vinha de baixo e se esforçavam para manter as pessoas de cor a uma certa distância. O preconceito racial criou nos americanos uma atitude ambivalente para com a Espanha. Os peninsulares eram sem dúvida brancos puros, mesmo que fossem imigrantes pobres. Os americanos eram mais ou menos brancos e mesmo os mais ricos tinham consciência da mistura de raças e estavam ansiosos para provar que eram brancos, se necessário por ação judicial. Mas o fator raça se tornou mais complexo devido a interesses sociais, econômicos e culturais, e a supremacia branca não era incontestável; para além de suas defesas havia uma massa de índios, *mestizos*, negros livres, *mulattos* e escravos. Em determinadas regiões da América espanhola, uma revolta de escravos era uma perspectiva tão temida que os *criollos* de modo nenhum abandonariam o abrigo do governo imperial nem desertariam as fileiras dos brancos dominantes. Por outro lado, a política dos Bourbons gerou maiores oportunidades de mobilidade social. Os *pardos* – negros livres e *mulattos* – tinham acesso à milícia. Podiam também comprar a condição legal de branco por meio da aquisição de cédulas de gracias al sacar. Pela lei de 10 de fevereiro de 1795, foi oferecida aos pardos a dispensa da condição de *infame*: os candidatos aprovados eram autorizados a receber educação, a se casar com brancos, a ocupar cargos públicos e a ingressar no sacerdócio. Dessa maneira, o governo imperial reconhecia o número crescente de pardos e tentava aliviar a tensa situação social mediante a eliminação das formas mais ostensivas de discriminação. O resultado foi apagar as linhas divisórias entre brancos e *castas* e dar condições a que muitos que não eram manifestamente índios nem pretos fossem considerados espanhóis em termos sociais e culturais. No entanto, os brancos reagiram violentamente a essas concessões. O aumento demográfico dos *castas* no decurso do século XVIII, aliado à crescente mobilidade social, alarmou os brancos e fez nascer

15. MIGUEL IZARD, *El miedo a la revolución: La lucha por la libertad en Venezuela (1777–1830)*, Madrid, 1979, p. 127.

neles uma nova consciência de raça e a **determinação de preservar a discriminação**. Isso pôde ser observado em Río de la Plata, em Nova Granada e em outras partes da América espanhola. Mas foi a Venezuela, com sua economia agrícola, sua mão-de-obra escrava e grande contingente de pardos – que juntos formavam 61 por cento da população – que tomou a frente na rejeição da política social dos Bourbons e estabeleceu o clima da revolução que estava por vir.

Na Venezuela, os brancos não eram uma classe homogênea. No topo, estavam a aristocracia fundiária e a do serviço público, os senhores de escravos, os produtores da riqueza da colônia, os comandantes da milícia colonial. No meio estava um grupo de funcionários menores e o clero. E na base apinhavam-se os *blancos de orilla*, brancos marginalizados, como os donos de loja de varejo e os pequenos comerciantes, os artesãos, os marinheiros, os serviçais e o pessoal de transporte; muitos desses se identificavam com os pardos, com quem freqüentemente se casavam. A maioria dos peninsulares e dos canários que viviam na Venezuela pertenciam a esse grupo de brancos pobres, e é bem possível que o antagonismo dos *criollos* aos peninsulares tenha resultado em parte do ressentimento dos proprietários rurais patrícios para com os imigrantes comuns, considerados por eles de baixa extração. No entanto, os peninsulares eram todos brancos puros, ao passo que muitos *criollos* não o eram. Isso apenas agravava a sensibilidade com relação à raça e aumentava a desconfiança dos *criollos* em relação aos pardos, aos índios e aos escravos. A política imperial aumentava sua insatisfação, pois eles a consideravam demasiado indulgente com os pardos e os escravos. A elite *criolla* opunha-se tenazmente ao avanço da *gente de color*, protestava contra a venda da condição de branco e opunha-se à educação popular e ao ingresso de pardos na Universidade. Preocupavam-se, entre outras coisas, com a perda de uma mão-de-obra dependente, num período de expansão da *hacienda* e de crescimento das exportações. À medida que os pardos se estabeleciam nas profissões artesanais, nas empresas independentes de agricultura de subsistência e de criação de gado nos *llanos*, os proprietários rurais brancos tentavam mantê-los em subordinação e *peonaje* (servidão por dívida). Viam também no progresso dos pardos um risco à segurança e requereram à coroa, embora sem sucesso, a proibição de seu ingresso na milícia. Consideravam inaceitável “que os brancos desta província possam admitir em sua classe um *mulatto* descendente de seus próprios escravos”; e argumentavam que a criação de milícias de pardos dava às pessoas de cor um instrumento de revolução, sem

melhorar significativamente a defesa do império¹⁶. Esses presságios eram acentuados pelo temor de agitações e revoltas escravas. Além disso, a aristocracia *criolla* queixava-se de ter sido abandonada pela metrópole. Em 31 de maio de 1789, o governo espanhol expediu nova lei da escravidão, na qual sistematizava a legislação, definia os direitos dos escravos e os deveres dos senhores e buscava garantir melhores condições de vida e de trabalho para os escravos. Mas os proprietários *criollos* rejeitaram a intervenção do Estado entre o senhor e o escravo e combateram ferozmente esse decreto, sob o pretexto de que os escravos eram predispostos ao vício e à independência e seu trabalho era essencial à economia. Na Venezuela – na verdade em todas as colônias espanholas do mar das Antilhas – os fazendeiros opuseram-se à nova lei e conseguiram sua suspensão em 1794. Os *criollos* eram homens assustados: temiam uma guerra com os *castas*, instigados pela doutrina revolucionária francesa e pela violência contagiosa de Saint-Domingue.

Em outras partes da América espanhola a tensão racial assumiu a forma do confronto direto entre a elite branca e as massas indígenas, e ali também os *criollos* se encarregaram da sua própria defesa. No Peru, constituíam uma pequena minoria. Numa população de 1 115 207 habitantes (em 1795), 58 por cento eram índios, 20 por cento *mestizos*, 10 por cento pardos livres e escravos e 12 por cento brancos. Essa minoria, embora controlasse a vida econômica e política do país, jamais podia esquecer as massas de índios em volta, nem ignorar a sucessão de revoltas contra os funcionários reais e a opressão branca. No Peru, os *criollos* não tinham motivos para duvidar da determinação espanhola a manter os índios em subordinação; todavia, após a grande rebelião de Túpac Amaru, perceberam como eles mesmos estavam privados de algum papel na segurança e como suas milícias eram desmobilizadas. No México também, a situação estava inflamada, e os brancos sempre estiveram a par da fervente indignação dos índios e *castas*, e da crescente anarquia entre as classes baixas, para cujo controle recorria-se ao exército e às milícias. Alamán descreveu os índios mexicanos como “uma nação totalmente separada; todos aqueles que não fizessem parte dela eles os consideravam estrangeiros, e como, apesar de seus privilégios, eram oprimidos por todas as outras classes, eles por seu turno encaravam todos os outros com

16. Representação datada de 28 de novembro de 1796, em F. BRITO FIGUEIROA, *Las insurrecciones de los esclavos negros en la sociedad colonial venezolana*, Caracas, 1961, pp. 22–23.

ódio e desconfiança iguais”¹⁷. Em 1799, Manuel Abad y Queipo, bispo eleito de Michoacán, comentava as profundas divisões na sociedade mexicana, onde entre os índios e os espanhóis “grassa o conflito de interesses e a hostilidade que invariavelmente prevalece entre aqueles que nada têm e aqueles que têm tudo, entre os vassalos e os senhores”¹⁸. Tradicionalmente, a elite apelava à Espanha para que viesse em sua defesa; os donos de propriedades dependiam das autoridades espanholas para protegê-los da ameaça dos trabalhadores e da violência gerada pela pobreza e pela delinquência. Mas a raiva contida das massas mexicanas explodiu furiosamente, em 1810, em violenta revolução social, que provou aos *criollos* o que há muito vinham suspeitando: que em última análise eles mesmos eram os guardiães da ordem social e da herança colonial. Dada sua superioridade numérica entre os brancos, tinham de sê-lo.

Se houve uma “reação espanhola” nas últimas décadas de domínio imperial, também houve um recuo dos *criollos*. Estes perderam a confiança no governo dos Bourbons e passaram a duvidar da real disposição da Espanha a defendê-los. Seu dilema era premente, já que estavam presos entre o governo colonial e a massa do povo. O governo havia reduzido um pouco antes a influência política deles, enquanto as massas constituíam uma ameaça à sua hegemonia social. Nessas circunstâncias, quando a monarquia entrou em crise em 1808, os *criollos* não puderam permitir que o vácuo político se instaurasse, nem que suas vidas e propriedades ficassem sem proteção. Convencidos de que, se não aproveitassem a oportunidade, forças mais perigosas o fariam, tiveram de agir rapidamente para antecipar-se à rebelião popular.

As falhas na economia colonial e as tensões na sociedade colonial eram trazidas à tona em tumultos e revoltas. Num certo nível, tratava-se de simples reações à política dos Bourbons. O desenvolvimento da economia colonial e o aumento da renda pública, dois objetos perfeitamente compatíveis aos olhos dos reformadores espanhóis, eram vistos pelos americanos como uma contradição bási-

ca da política imperial. A administração dos Bourbons com relação aos índios era igualmente contraditória, quando não para os índios pelo menos para a coroa, dilacerada que estava entre o desejo de dar proteção contra a exploração excessiva e uma preocupação ainda maior em manter o número de pagadores de tributos e a oferta de força de trabalho. Os instrumentos da mudança também eram avaliados de pontos de vista diferentes. As autoridades espanholas consideravam o crescimento do Estado Bourbon e o fim do governo descentralizado e da participação *criolla* etapas necessárias no caminho para o controle e a recuperação. Para os *criollos*, porém, significava que, em lugar da tradicional negociação com os vice-reis, dispostos a fazer concessões para chegar a um meio-termo entre o rei e o povo, a nova burocracia, a partir de um Estado centralizado, emitia ordens que não eram passíveis de negociação, o que para os *criollos* não representava um progresso. Os movimentos de protesto eram, portanto, uma resistência às mudanças efetuadas pelo governo, revoltas contra os tributos e insurreições contra excessos específicos; ocorriam dentro do arcabouço das instituições coloniais e da sociedade sem as desafiar. Mas as aparências enganam. Sob a superfície, as revoltas revelavam tensões, conflitos e instabilidades, raciais e sociais, profundamente enraizados, que haviam ficado abafados durante todo o século XVIII e de repente explodiram quando a pressão dos impostos e outras insatisfações arregimentaram alguns grupos sociais numa aliança contra a administração e deram aos setores inferiores a oportunidade de erguer-se em protesto. Embora não tenham sido verdadeiras revoluções sociais, esses movimentos expuseram conflitos sociais velados. Pode-se ver isso na reação dos *criollos* que assumiram sua chefia. Após um envolvimento inicial numa agitação puramente fiscal, geralmente percebiam o perigo de um protesto mais violento das camadas inferiores, dirigido não somente contra a autoridade administrativa mas também contra todos os opressores. Os *criollos* então se uniam às forças da lei e da ordem para reprimir os rebeldes sociais.

A tipologia das rebeliões era diversa. Os dois primeiros movimentos, o dos *comuneros* no Paraguai (1721–1735) e a rebelião da Venezuela (1749–1752), isolados temporal e espacialmente dos demais, deram indicações da consciência regional incipiente e da percepção de que os interesses americanos eram diferentes dos da Espanha. Por outro lado, a revolta de 1765, em Quito, foi um movimento simples, embora violento, contra os impostos numa região de indústrias em decadência, um movimento que manifestou o conflito latente entre espanhóis e americanos e, como relatou o vice-rei de Nova Granada, mostrou o ódio dos *criollos* aos “tributos, aos

17. LUÇAS ALAMÁN, *Historia de México*, México, 1883–1885, 5 vols.; a citação aparece no vol. 1, p. 67.

18. MANUEL ABAD Y QUEIPO, “Estado moral y político en que se hallaba la población del virreinato de Nueva España en 1799”, em JOSÉ MARIA LUIS MORA, *Obras sueltas*, México, 1963, pp. 204–205.

54 europeus [...] e a toda e qualquer forma de sujeição”¹⁹. Os cobradores de impostos se tornavam mais exigentes em períodos de guerra, não apenas para obter renda para a defesa do império, mas também para financiar o esforço de guerra da Espanha na Europa e em outras partes do mundo. A guerra de 1799–1783 entre a Espanha e a Inglaterra foi, portanto, extremamente onerosa para as colônias, na medida em que a metrópole se empenhou em extrair delas excedentes ainda maiores; o ressentimento transformou-se em rebelião e logo as províncias andinas do império mergulharam numa crise.

Em 1781, Nova Granada inflamou-se num movimento que ofereceu uma sequência modelar de inovações dos Bourbons, resistência colonial e revitalização do absolutismo. A principal causa de insatisfação foi a conduta no governo do regente e inspetor-geral, Juan Francisco Gutiérrez de Piñeres, cujos métodos cruéis e exigências intransigentes contrastavam violentamente com o processo tradicional de negociações e concessões. Aumentou o imposto sobre as vendas, a *alcabala*, para quatro por cento, deixou de arrendar sua cobrança, como era feito normalmente, para arrecadá-la diretamente, e restabeleceu uma taxa em favor da defesa naval que já estava em desuso. Reorganizou também os monopólios do fumo e das bebidas alcoólicas, aumentando o preço para o consumidor e, no caso do fumo, restringindo o cultivo às regiões que produziam mercadoria de alta qualidade. Esses encargos recaíram sobre uma economia estagnada, sobre uma população pobre e, especialmente, sobre grande número de pequenos agricultores. Depois de uma série de protestos e perturbações da ordem, irrompeu, em 16 de março de 1781, uma violenta revolta centralizada em Socorro e em San Gil. Os rebeldes recusaram-se a pagar os impostos, atacaram os depósitos do governo, expulsaram as autoridades espanholas e, em nome do *común*, aclamaram um grupo de chefes. Eram comandados por Juan Francisco Berbeo, um *hacendado* de posses modestas e alguma experiência militar. E logo um movimento que começara como insurreição popular e era constituído predominantemente de *mestizos* passou para o comando da elite *criolla* de proprietários rurais e funcionários públicos, que se aliaram ao movimento com um certo alarde, a fim de controlar o que não podiam impedir.

Os *comuneros* constituíam uma força poderosa, pelo menos em termos numéricos, e uma horda de muitos milhares marchou contra Bogotá, junta-

mente com um bando de índios. Poderiam ter invadido a capital e imposto um reinado de terror tanto aos espanhóis quanto aos *criollos*. Mas Berbeo e seus aliados não eram revolucionários. A palavra de ordem de seu movimento era o tradicional: “Longa vida ao rei e morte ao mau governo”. A tirania a que se opunham era a da burocracia espanhola, e não a estrutura da sociedade colonial. Assim, Berbeo e os outros *criollos* contiveram o exército rebelde, preferindo negociar com o arcebispo Caballero y Góngora e indiretamente com a elite de Bogotá. Esse era o procedimento tradicional, e o resultado foi um acordo com concessões mútuas, as Capitulações de Zipaquirá (8 de junho de 1781). Elas estipulavam a supressão do monopólio do fumo e de vários impostos; a restrição e redução da *alcabala* de quatro para dois por cento; algumas reformas administrativas em favor do autogoverno local; maior acesso aos cargos da administração pública para os americanos e melhores condições para os índios. Na verdade, as capitulações foram negociadas por dois homens, Berbeo e Caballero, ambos convencidos de que era necessário ceder algo a fim de evitar uma revolução mais violenta. Berbeo foi então nomeado *corregidor* de Socorro, na crença de que o movimento havia chegado ao fim. Mas havia chegado realmente?

Todos os setores sociais da colônia tinham alguma queixa contra a política real, e no início a revolta refletiu esse fato. O movimento comunero foi uma aliança temporária entre aristocratas e plebeus, homens brancos e de cor, contra a opressão burocrática e as mudanças fiscais. Os chefes eram médios proprietários de terra e comerciantes e tomaram a frente da revolta para controlá-la e orientá-la em benefício próprio. A aristocracia *criolla* de Bogotá constituía igualmente um tipo particular de aliado; seus membros tinham queixas contra os impostos como todos os demais e tinham interesse específico em determinado artigo das capitulações, um que tinha pouquíssima relação com os motivos do *común*: que, nas nomeações para cargos públicos, os “nacionais desta América sejam preferidos e privilegiados em relação aos europeus”²⁰. Isso satisfaz a elite *criolla*, que estava disposta a se aliar às autoridades se a insurreição fosse avante. É que, na verdade, havia outras vítimas e outras injustiças. Também os índios participaram da revolta. Em Santa Fe e em Tunja, exigiram a devolução de suas terras. Nos *llanos* de Casanare, insurgiram-se contra a autoridade espanhola, contra o clero e os brancos. Em

19. JOSEPH PEREZ, *Los movimientos precursores de la emancipación en Hispanoamérica*, Madrid, 1977, p. 64.

20. PHELAN, *The People and the King*, op. cit., pp. 179–180.

toda a parte protestavam contra o tributo. Com a diferença, se é que houve alguma, de que os cidadãos de Bogotá estavam mais aterrorizados com os índios fora dos portões do que haviam ficado com os *comuneros*. Os próprios índios, enfurecidos com a invasão de suas terras comunitárias (*resguardos*), não eram aliados submissos dos *hacendados criollos* e dos *mestizos* ávidos de terra, muitos dos quais haviam se beneficiado do reassentamento dos índios e da venda em leilão de suas terras. Embora garantissem a redução do tributo e a restauração dos *resguardos*, as capitulações estipularam deliberadamente que os índios tinham o direito à propriedade e à venda da terra; isso representou uma conquista mais para os *criollos* e *mestizos*, compradores potenciais, do que para as comunidades indígenas. Mas os índios não foram os únicos *comuneros* frustrados. A rebelião também acendeu as esperanças dos pobres e despossuídos da colônia. Embora também desejassem a extinção dos monopólios, o barateamento dos bens de consumo e a liberdade de produção, eram alimentados pelo ódio dos pobres contra os ricos, dos que nada tinham contra aqueles que possuíam tudo. Na região de Antioquia, os *mestizos*, os *mulattos* e outros *castas* se rebelaram, os escravos resistiram a seus senhores e exigiram liberdade. E mais próximo do coração da revolta emergiu um chefe que representava os oprimidos sociais. José Antonio Galán, um homem do povo, talvez um *mulatto* ou *mestizo*, viu nas capitulações uma traição, um instrumento para impedir a entrada dos *comuneros* em Bogotá. Assumiu o comando dos remanescentes mais radicais do movimento e o transformou, senão numa revolução, pelo menos num protesto com apelo mais forte entre as classes baixas, os *castas* e talvez os escravos.

Os *criollos* viram nisso uma afronta e passaram a colaborar com as autoridades na supressão desse prolongamento não-autorizado de seu movimento. Antigos chefes dos *comuneros* agora perseguiam Galán, “o Túpac Amaru de nosso reino”, como o chamavam, para impedi-lo de organizar uma segunda marcha contra Bogotá. Como relataram os funcionários da coroa: “Os mesmos capitães de Socorro ajudaram a acalmar a situação com rapidez, solidariedade e zelo; e assim demonstraram sua lealdade, obediência e apego ao rei, e que somente haviam buscado libertar-se das opressões e da intransigência do regente”²¹. Assim, os líderes *comuneros* foram absolvidos. Quanto a Galán

21. Relato datado de 2 de junho de 1781, *Archivo del General Miranda*, Caracas, 1929–1950, 24 vols.; a citação aparece no vol. XV, p. 42.

e seus aliados, foram todos brutalmente executados, uma advertência aos *criollos* e um exemplo para o povo. Na esteira da revolta, os impostos foram reduzidos aos antigos níveis, mas os monopólios permaneceram, e se, de um lado, o regime fiscal se tornou mais brando, de outro manteve em vista o mesmo objetivo, e as rendas da coroa continuaram a subir. Mais tarde, o movimento *comunero* foi considerado uma oportunidade perdida no caminho para a independência. Na época, porém, nem os *comuneros* nem seus adversários o consideraram um movimento de independência. As autoridades ativeram-se ao tema da subversão social, e os *criollos* mostraram que temiam mais o povo do que a Espanha e preferiam a dependência à revolução.

Isso foi verdadeiro com relação a todos os outros países da América espanhola. O movimento *comunero* espalhou-se pela Venezuela, onde desnudou divisões similares na sociedade colonial e terminou por cair num isolamento semelhante. Manifestamente essa também foi uma revolta contra os impostos e contra os monopólios, e como tal envolveu todos os setores da sociedade, irritados com o aumento da pressão que a coroa exercia por meio da nova intendência e da política abrasiva do intendente José de Abalos. Como observou o capitão-geral dos *comuneros*, Juan José García de Hevia: “Ricos e pobres, nobres e plebeus, todos se queixam”. Mas nem todos reagiram da mesma forma. A reação mais violenta foi a insurreição armada da população comum nas províncias andinas, pequenos fazendeiros, artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores da cidade e do campo, acompanhados às vezes pelos índios. Os caudilhos do movimento provinham de um grupo social mais alto, cujos membros acreditavam poder partilhar dos benefícios das capitulações obtidas pelos *criollos* de Nova Granada. No entanto, a maioria dos proprietários permaneceu à parte. Os *criollos* ricos de Maracaibo estavam mais interessados no comércio, na expansão da produção e das exportações, do que nas queixas dos pobres do campo. E quando por fim tomaram conhecimento dos *comuneros*, foi para condená-los e oferecer ajuda para reprimi-los “com suas próprias pessoas”²². O capitão-general da Venezuela elogiou a aristocracia *criolla* ao governador, por seu “espírito de lealdade e apego ao rei”, e por sua oposição às reclamações do povo. De fato, os *criollos* preferiram a Espanha à anarquia; a própria estrutura social foi a última linha de defesa da Espanha.

22. CARLOS E. MUÑOZ ORAÁ, *Los comuneros de Venezuela*, Mérida, 1971, pp. 136–137; PÉREZ, *Los movimientos precursores*, p. 105.

Viu-se isso com maior clareza no Peru, onde os mundos diferentes dos brancos e dos índios coexistiam numa proximidade inquietante. Ainda assim, a revolta no Peru não foi exclusivamente indígena. Houve outro movimento nas cidades, uma revolta que se alastrou como uma infecção a partir de janeiro de 1780, dirigida contra as taxas alfandegárias internas, o aumento nos impostos sobre as vendas e outras formas de pressão fiscal. Embora os índios providos, aos milhares, das cidades e da *sierra* em volta se tenham aliado ao protesto, mais significativa foi a participação dos *criollos* e *mestizos* mais pobres, dos *cholos* e outros *castas*, irritados com sua inclusão entre os pagadores de tributo. Os protestos concentraram-se principalmente em Cuzco, em Arequipa, em La Paz e em Cochabamba. A revolta de La Paz exigiu uma unidade do tipo existente entre os colonos norte-americanos, “digna de lembrança e de nossa inveja”²³. Mas o motivo do descontentamento dos *criollos* não era igual ao dos índios, e as revoltas contra os impostos foram suplantadas pela rebelião indígena; com isso, a maioria dos *criollos* recuou ou se afastou dos movimentos urbanos. Foi o que aconteceu em Oruro, onde em 1781 uma revolta liderada por *criollos* foi sobrepujada em número pelos índios aliados dos *cholos*, até que aqueles uniram suas forças às autoridades espanholas a fim de derrotá-los e expulsá-los.

As queixas dos índios eram mais sérias e suas causas mais profundas, pois tinham origem na tirania imposta pelos *corregidores*, bem como pelos funcionários, juízes e comerciantes; na intransigente cobrança do tributo, dos impostos e dízimos; no *reparto*, ou imposição da compra de mercadorias; e no sistema da *mita*, com suas condições desumanas de trabalho forçado, sobretudo nas minas de Potosí. Entre os muitos expedientes dos Bourbons, dois em particular – a elevação da *alcabala* de quatro para seis por cento e a instalação de postos internos para garantir a sua cobrança – oneravam em demasia tanto os produtores e comerciantes índios quanto os consumidores e contribuía para afastar os grupos intermediários da sociedade indígena e para fomentar uma liderança rebelde. O Peru foi palco de repetidas revoltas indígenas durante todo o século XVIII, culminando na liderada por José Gabriel Túpac Amaru, um cacique instruído e descendente da família real inca. Túpac Amaru iniciou, na década de 1770, um movimento pacífico em

favor de reformas; primeiramente procurou justiça nos tribunais espanhóis. Fracassada essa tentativa e diante da crescente pressão do visitador-geral, José Antonio de Areche, sobre a população indígena do Peru, Túpac Amaru chefiou seus seguidores em violenta insurreição, atacando *corregidores*, saqueando *obrajes* e ocupando aldeias. Tendo iniciado perto de Cuzco, em novembro de 1780, o movimento logo se alastrou por grande parte do sul do Peru e depois, numa segunda fase mais radical, avançou pelas províncias aimarás do Alto Peru. A extensa rede familiar e de parentesco de Túpac Amaru e suas ligações com o comércio e o transporte regional deram ao movimento uma cadeia coerente de comando, uma fonte de recrutamento e continuidade de liderança. Mas o maior impulso proveio da própria causa.

Túpac Amaru proclamou guerra mortal aos espanhóis; seu objetivo declarado era “extinguir os *corregidores* [...] abolir as *mitas* de Potosí, as *alcabalas*, as alfândegas internas e muitas outras exações perniciosas”. Esforçou-se também para dar a seu movimento um caráter universal, dirigindo seu apelo para além das divisões sociais. Convocou os *criollos* a se unirem aos índios “a fim de destruir os europeus” e afirmou lutar pela “proteção, preservação e tranquilidade dos europeus”²⁴. A tentativa de restaurar a aliança *criolla* fracassou. A política social de Túpac Amaru era revolucionária demais para satisfazer outros que não os despossuídos. Atacou o trabalho forçado e prometeu libertar os escravos, ou pelo menos aqueles que se aliassem a suas forças. Tentou destruir as *obrajes* e os *repartimientos de comercio*, enquanto seus seguidores atacavam, indiscriminadamente, as cidades dos brancos e seus habitantes. Horrorizados diante das dimensões da revolta, os *criollos* aliaram-se aos espanhóis em defesa do próprio legado. A Igreja e o Estado, os *criollos* e os europeus, toda a ordem estabelecida alinhou-se contra Túpac Amaru e, depois de violento combate no qual se perderam cem mil vidas, em sua maioria indígenas, o movimento se desintegrou. Os chefes indígenas foram brutalmente executados, seus seguidores perseguidos até a morte e, em janeiro de 1782, após curto mas violento embate, os espanhóis retomaram o controle. Implantaram-se então algumas reformas institucionais – os intendentos substituíram os *corregidores* e extinguiu-se o *repartimiento* – mas essas medidas tiveram em mira muito mais o fortalecimento do domínio imperial do que o bem-estar dos índios.

23. BOLES LAO LEWIN, *La rebelión de Túpac Amaru y los orígenes de la emancipación americana*, Buenos Aires, 1957, p. 151.

24. BOLES LAO LEWIN, *op. cit.*, pp. 402–403, 415–416, 422–423.

Teria a aspiração de Túpac Amaru sido a independência? As autoridades espanholas afirmavam que sim, e simpatizantes em outras partes da América viram nele o rei do Peru. É fora de dúvida que ele se tornou mais radical depois de iniciada a revolução, mas a independência era algo muito mais profundo. As provas documentais não são claras a esse respeito; são até mesmo suspeitas. De qualquer forma, tornar-se independente da Espanha era apenas um dos objetivos de seu movimento. A verdadeira revolução tinha em mira os privilégios dos brancos, dos *criollos* e dos espanhóis, e o objetivo final era acabar com a subordinação dos índios. Tratava-se de objetivos essencialmente sociais. Quanto à independência, é muito improvável que uma revolta indígena pudesse ter as idéias, a organização e os recursos necessários para semelhante causa. Os índios também careciam de solidariedade. Durante a revolta de Túpac Amaru, pelo menos vinte caciques, motivados em parte por rivalidades pessoais e tribais ou por já estarem inseridos no sistema espanhol, mantiveram seu povo leal à coroa e em alguns casos até mesmo uniram-se às forças do rei. Faltava também às revoltas indígenas outra condição necessária para a independência: o comando *criollo*. Os *criollos* estavam comprometidos com a estrutura econômica vigente, que tinha como base o trabalho indígena nas minas, nas *haciendas* e nas oficinas. E, sendo em número muito menor, hesitavam em assumir o comando de um movimento que talvez não fossem capazes de controlar. A independência, quando viesse, teria de ser em termos diferentes.

Assim, as revoltas do século XVIII não foram a rigor “precursoras” da independência. É verdade que as autoridades espanholas as condenaram como subversivas, quer por medo quer para fins de propaganda. O intendente Abalos argumentou que a causa que estava na raiz de todas as revoltas de 1780–1781 não era a tributação, “mas a hostilidade desses nativos à Espanha e seu fervoroso desejo de independência”²⁵. Isso era mais do que os próprios rebeldes tinham em mente. Apelavam, ao contrário, às antigas utopias, a uma era de ouro anterior a Carlos, quando não se conheciam a centralização burocrática e a opressão dos impostos. No entanto, embora não tenham formulado as idéias da independência, os rebeldes ajudaram a criar um clima de convicções, que representava um desafio fundamental aos preceitos tradicio-

25. Representação a Carlos III, Caracas, 24 de setembro de 1781, em MUÑOZ ORAA, *Los comuneros de Venezuela*, p. 39.

nais. Mostravam na verdade que a fórmula “*Viva el rey y muera el mal gobierno*” estava ultrapassada: não era mais realista como forma de protesto, estava desacreditada pelos próprios Bourbons, cuja política de centralização invalidava a velha distinção entre rei e governo e tornava a coroa abertamente responsável pelas ações de seus servidores. Além disso, as revoltas sublinharam o fato de que o novo governo vinha de fora. Nesse sentido, constituíram mais um degrau no desenvolvimento da autoconsciência colonial, um sinal mais brilhante, embora inexplicado, de um nacionalismo incipiente, uma defesa eloqüente da identidade e dos interesses que eram demonstravelmente diferentes dos da metrópole. Os *comuneros* expressaram a crença de que Nova Granada era seu país, pertencia ao povo que lá nascera e lá vivia e esses proprietários naturais estavam ameaçados por usurpadores espanhóis. Mesmo a revolta no Peru transmitiu um senso de nacionalidade. Túpac Amaru chamou os peruanos de *paisanos*, *compatriotas*, em distinção dos espanhóis europeus. Em sua proclamação de 16 de novembro de 1780, que oferecia liberdade aos escravos, conclamou *la Gente Peruana* a ajudá-lo a enfrentar a *Gente Europea*, em prol do “bem comum deste reino”²⁶. A *Gente Peruana*, que ele também chamava de *gente nacional*, consistia de brancos, *mestizos*, índios, todos os nativos do Peru, contanto que fossem distintos dos estrangeiros. Essas idéias eram produtos naturais da experiência colonial. No entanto, não representavam o movimento indígena em sua totalidade.

O nacionalismo incipiente foi uma influência poderosa mas não era indígena. Os manifestos de Túpac Amaru exprimiam mais conceitos *criollos* do que indígenas, as idéias de um líder que surgiu antes do tempo, e não de um índio típico. Os índios e outros elementos marginalizados da sociedade colonial podiam ter muito pouco – se é que tinham algum – senso de identidade nacional e suas relações mais próximas não eram com uma entidade maior, mas, sim, com a *hacienda*, com a comunidade, ou com a administração local. Por outro lado, as expectativas dos crioulos refletiam uma consciência mais profunda, um senso desenvolvido de identidade, uma convicção de que eram americanos, e não espanhóis. Esse pré-sentimento de nacionalidade subverteu muito mais a soberania espanhola e conduziu mais facilmente à indepen-

26. *Colección documental de la independencia de Perú*, Lima, 1971, 30 vols.; a citação aparece no vol. II, ii, p. 272.

dência do que as reivindicações específicas de reforma e de mudanças. Ao mesmo tempo em que começavam a recusar a nacionalidade espanhola, os americanos também estavam conscientes das diferenças entre si próprios, pois mesmo no Estado pré-nacional as várias colônias rivalizavam-se entre si nos recursos e nas pretensões. A América era um continente vasto demais e um conceito vago demais para atrair lealdade individual. Seus habitantes eram antes de tudo mexicanos, venezuelanos, peruanos, chilenos, e encontravam seu lar nacional em seu próprio país, e não na América. Esses países se definiam por sua história, por fronteiras administrativas, por ambiente físico, que os distinguiam não apenas da Espanha, mas também entre si; eram as pátrias de sociedades, cada uma delas única, e de economias, todas elas com interesses diferentes.

Em que fontes essa consciência nacional se nutria? Os americanos estavam redescobrimo suas próprias terras numa literatura exclusivamente americana. Escritores *criollos* no México, no Peru e no Chile expressavam e nutriam uma nova consciência de pátria e um maior senso de singularidade, pois, como observava o *Mercurio Peruano*: “Interessa-nos mais saber o que está acontecendo em nossa própria nação”²⁷. Entre os primeiros a dar expressão cultural ao americanismo estavam os *jesuítas criollos* expulsos de seus países em 1767, os quais, no exílio, se tornaram os precursores literários do nacionalismo americano. O jesuíta peruano Juan Pablo Viscardo foi um ardente defensor da independência, a cuja causa legou sua *Lettre aux Espagnols-Américains*, publicada em 1799. “O Novo Mundo”, escreveu Viscardo, “é nossa pátria, e sua história é a nossa, e é nessa história que devemos buscar as causas de nossa presente situação”²⁸. O tratado de Viscardo era uma convocação à ação revolucionária. No entanto, a maioria dos jesuítas exilados tinham um objetivo diferente: dissipar a ignorância que os europeus mantinham de seus países; assim, descreveram a natureza e a história de suas pátrias, seus recursos e suas qualidades, produzindo nesse processo obras eruditas e literárias. Se ainda não podia ser chamada de literatura nacional, continha, no entanto, um ingrediente essencial do nacionalismo, a percepção do passado histórico da pátria. Mas o significado real das obras dos jesuítas

não estava na influência direta – poucas delas foram publicadas em espanhol enquanto seus autores estavam vivos – mas na forma como refletiam o pensamento de outros americanos com menor capacidade de expressão. Quando os próprios *criollos* manifestavam seu patriotismo, geralmente ele era mais otimista do que o dos exilados. O período de pré-independência assistiu ao nascimento de uma literatura de identidade, na qual os americanos glorificavam seus países, proclamavam seus recursos e louvavam seu povo. Enquanto mostravam a seus compatriotas as suas qualidades, esses autores apontavam as qualificações dos americanos para os cargos públicos e na verdade para o autogoverno. Os próprios termos instilavam confiança por repetição – pátria, país, nação, nossa América, nós americanos. Embora ainda se tratasse de um nacionalismo mais cultural do que político e não fosse incompatível com a unidade imperial, mesmo assim ele preparava as mentes dos homens para a independência, ao lembrar-lhes que a América tinha recursos independentes e as pessoas para administrá-los.

O novo americanismo exerceu mais influência do que a Ilustração. As idéias dos *philosophes* franceses, sua crítica das instituições sociais, políticas e religiosas, sua preocupação com a liberdade humana, não eram desconhecidas no mundo hispânico, embora não tivessem aceitação universal e a maioria do povo permanecesse católica por convicção e fiel à monarquia absoluta. Em sua versão espanhola, a Ilustração foi purificada de ideologia e reduzida a um programa de modernização no seio da ordem estabelecida. Tal como foi aplicado à América, isso significava tornar a economia imperial uma fonte mais produtiva de riqueza e poder e aprimorar os instrumentos de controle. “Para levar minhas rendas reais a um nível adequado”: foi desse modo que Carlos III expressou sua política colonial em 1776, e isso tinha pouquíssima relação com a Ilustração. E se na própria Espanha somente depois de 1765 ocorreram algumas mudanças periféricas, na América espanhola os valores e as estruturas permaneceram igualmente indenes. Nesse contexto, pode-se indagar se “Ilustração” ou mesmo “reforma” constituem termos apropriados para descrever a política imperial da Espanha ou seu ambiente ideológico no período de 1765–1810. Naturalmente, num determinado sentido, a modernização devia algo às idéias do século XVIII: o valor atribuído ao conhecimento útil, as tentativas de melhorar a produção por meio da ciência aplicada e a fé na influência benéfica do Estado, tudo isso era reflexo da época. Como o vice-rei Caballero y Góngora explicou a seu sucessor, era necessário substituir as especulações sem sentido pelas ciências úteis e exatas, e num reino como Nova Granada, com

27. R. VARGAS UGARTE, *Historia del Perú: Virreinato (Siglo XVIII)*, Buenos Aires, 1957, p. 36.

28. MIGUEL BATLLORI, *El Abate Viscardo: Historia y mito de la intervención de los Jesuitas en la independencia de Hispanoamérica*, Caracas, 1953, Apéndice, p. viii.

produtos a explorar, estradas a construir, minas e pântanos a drenar, era muito maior a necessidade de pessoas educadas para observar e medir do que para filosofar. Uma modernização dessa espécie dizia respeito mais à tecnologia do que à política. De fato, a “Ilustração” espanhola na América foi um pouco mais do que um programa de renovação do imperialismo.

Mas para a América espanhola era possível também ir buscar a nova filosofia diretamente em suas fontes na Inglaterra, na França e na Alemanha. A literatura da Ilustração circulava com relativa liberdade. No México, lia-se Newton, Locke e Adam Smith, assim como Descartes, Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, Condillac e D’Alembert. Seus leitores eram os funcionários de alto escalão, os membros das classes profissionais e mercantis, o pessoal das universidades e o clero. O Peru abrigava um grupo de intelectuais, muitos dos quais eram oriundos da universidade real de San Carlos, membros da Sociedade de Economia e colaboradores do *Mercurio Peruano*, todos eles familiarizados com os textos de Locke, de Descartes e de Voltaire e com as idéias de contrato social, de primado da razão e de culto à liberdade. Mas qual o significado disso? A Ilustração não era de modo nenhum predominante na América; tampouco, uma vez implantada, sobreviveu intata: seu crescimento foi diminuto, enfraquecido pelo conservadorismo e limitado pela tradição. Cronologicamente, seu impacto foi tardio. As revoluções de 1780–1781 deveram muito pouco, se é que o deveram, às idéias da Ilustração; somente depois dessa data até 1810 é que a Ilustração começou a criar raízes. Sua difusão ampliou-se na década de 1790: no México, a Inquisição começou sua reação, alarmada menos pela heterodoxia religiosa do que pelo conteúdo político da nova filosofia, que aos olhos dos inquisidores fomentava revoltas, era “contrária à segurança dos Estados”, cheia dos “princípios gerais de igualdade e liberdade para todos os homens”, e em alguns casos servia de veículo para a transmissão de notícias da “terrível e daninha revolução da França”²⁹. Entretanto, em linhas gerais, a Ilustração inspirou em seus discípulos *criollos* não tanto uma filosofia de libertação quanto uma atitude de independência diante das instituições e idéias recebidas, uma preferência pela razão em vez da autoridade, pela experimentação em lugar da tradição, pela ciência sobre a especulação. Não há dúvida de que essas influências foram duradouras na

América espanhola, mas naquele momento constituíam os agentes de reforma, e não de destruição.

Não obstante, grande número de *criollos* viam para além da reforma a revolução. Francisco de Miranda, que havia lido as obras dos *philosophes* enquanto servia no exército na Espanha, na década de 1770, transformou a ideologia em ação política. O mesmo, naturalmente, fez Simón Bolívar, cuja educação liberal, vasta leitura e intensas viagens na Europa abriram sua mente a novos horizontes, em especial ao exemplo político inglês e às idéias da Ilustração. Hobbes e Locke, os enciclopedistas e os *philosophes*, sobretudo Montesquieu, Voltaire e Rousseau, todos deixaram profunda impressão em sua mente e lhe conferiram uma devoção à razão, à liberdade e à ordem, que o acompanhou por toda a vida. Em Río de la Plata, Manuel Belgrano instruiu-se intensamente nas leituras da nova filosofia. Mariano Moreno, oriundo da Universidade de Chuquisaca, juntamente com outros revolucionários, foi um entusiasta admirador de Rousseau, cujo *Contrato Social* editou em 1810, “para a instrução dos jovens americanos”.

Em Nova Granada um grupo de *criollos* cultos, de idéias políticas mais avançadas do que as dos *comuneros*, formou o núcleo de oposição radical ao regime espanhol. Pedro Fermín de Vargas levou a Ilustração ao ponto da subversão. De Zipaquirá, onde era *corregidor*, partiu às escondidas para o exterior em 1791–1792, em busca de ajuda para seus projetos revolucionários. Denunciou ao governo britânico o tratamento que os índios e os hispano-americanos vinham recebendo, estrangeiros e escravos no próprio país, e declarou que estavam à beira de uma insurreição: “a população do país é suficiente para aspirar à independência e o reino de Nova Granada é agora como um filho mais velho que precisa emancipar-se”³⁰. Para financiar sua fuga, vendeu seus livros a Antonio Nariño, um rico e jovem *criollo* de Bogotá. Em 1793, Nariño imprimiu em sua própria prensa uma tradução da Declaração Francesa dos Direitos do Homem, documento que já havia sido proibido na América pela Inquisição de Cartagena. A edição de cem cópias foi impressa apenas para ser destruída, e seu editor foi exilado por traição. Nariño era amigo de Francisco Javier Espejo, um *mestizo* que era doutor e advogado em Quito e outro discípulo da Ilustração. Numa série de publicações satíricas,

29. M. L. PÉREZ MARCHAND, *Dos etapas ideológicas del siglo XVIII en México a través de los papeles de la Inquisición*, México, 1945, pp. 122–124.

30. Vargas ao governo britânico, 20 de novembro de 1799, *Archivo del General Miranda*, vol. XV, p. 388.

Espejo criticou violentamente os defeitos da economia de Quito, atribuindo-os ao governo espanhol. Em 1795, também foi preso sob a acusação de subversão. Mesmo que as autoridades espanholas vissem na oposição *criolla* uma conspiração, na verdade os acontecimentos de 1793–1795 constituíram exemplos muito mais de propaganda que de revolução e estiveram restritos à elite. Têm importância por mostrarem a influência da Revolução Francesa, mas não contaram com uma base firme de poder.

A conspiração de Manuel Gual e de José María España foi um pouco mais séria, na medida em que, declaradamente, tentou estabelecer uma república independente da Venezuela. Os dois venezuelanos foram instigados por um exilado espanhol, Juan Bautista Picornell, leitor de Rousseau e dos enciclopedistas e republicano convicto. Com o recrutamento de pardos e brancos pobres, de lavradores e pequenos proprietários, a conspiração iniciou-se em La Guaira, em julho de 1797, reivindicando igualdade e liberdade, harmonia entre todas as classes, a abolição do tributo indígena e da escravidão negra e o estabelecimento de liberdade de comércio. Os conspiradores atacaram “o mau governo colonial” e invocaram o exemplo das colônias inglesas na América do Norte. A divisa das revoltas anteriores: “*Viva el rey y muera el mal gobierno*”, foi rejeitada por ser autocontraditória. Ou o rei sabia o que fazia seu governo e o aprovava, ou não sabia e com isso estava falhando em seu dever. Queriam uma república, nada menos; mas tiveram pouca repercussão. Alguns proprietários *criollos* colaboraram com as autoridades na repressão dos homens de La Guaira, oferecendo-se para ajudar o capitão-general “com suas pessoas e recursos”. O movimento estava fadado ao fracasso devido a seu radicalismo.

Embora constituíssem uma pequena minoria e estivessem muito à frente da opinião pública, esses homens foram os verdadeiros precursores da independência. Os *criollos* faziam muitas objeções ao regime colonial, mas essas eram mais de ordem pragmática do que ideológica; em última análise, a maior ameaça ao domínio espanhol provinha mais dos interesses americanos do que das idéias européias. Não obstante, essa distinção talvez não tenha fundamento. As idéias da Ilustração faziam parte de um complexo de fatores de contribuição, ao mesmo tempo um impulso, um instrumento e uma justificação da revolução vindoura. Se não constituiu uma “causa” isolada da independência, a Ilustração foi parte de sua história; forneceu algumas das idéias que a inspiraram e tornou-se um ingrediente essencial do liberalismo latino-americano no pós-independência. Durante e após as guerras de independência, era freqüente homens com os mesmos interesses econômicos e de

igual posição social tomarem posições políticas opostas. As idéias tinham sua própria força; as convicções, sua própria capacidade persuasiva.

A Ilustração foi introduzida no centro político pelas revoluções dos Estados Unidos e da França. Por volta de 1810, a mera existência dos Estados Unidos exercia grande influência, e o exemplo próximo de liberdade e republicanismo continuou sendo uma inspiração ativa na América espanhola, um exemplo ainda não contaminado pelas desconfianças relativas à política desse poderoso vizinho. Já em 1777, uma versão espanhola das proclamações do Congresso Continental (1774–1775) chegou às mãos do dr. José Ignacio Moreno, mais tarde reitor da Universidade Central da Venezuela e membro participante da conspiração de 1797. As obras de Tom Paine, os discursos de John Adams, Jefferson e Washington circulavam no subcontinente. Muitos dos precursores e chefes do movimento de independência visitaram os Estados Unidos e pela primeira vez viram instituições livres. Foi em Nova Iorque, em 1784, que Francisco de Miranda concebeu a idéia da “liberdade e independência de todo o continente hispano-americano”. Bolívar nutriu um respeito permanente por Washington e admirou, não sem reservas, o progresso dos Estados Unidos, “uma terra de liberdade e lar da virtude cívica”, como o descreveu. O comércio dos Estados Unidos com a América espanhola constituiu um canal não só para a importação de mercadorias e serviços, mas também de livros e de idéias. Cópias da Constituição Federal e da Declaração de Independência, traduzidas para o espanhol, foram trazidas para a região por comerciantes norte-americanos, cujas idéias liberais coincidiam com seu interesse no crescimento de um mercado livre de monopólios. Depois de 1810, os hispano-americanos, em sua busca dos direitos à vida, à liberdade e à felicidade, tentariam orientar-se pela experiência republicana de seus vizinhos do norte. As constituições da Venezuela, do México e demais países seriam profundamente inspiradas na dos Estados Unidos, e muitos dos novos líderes – embora não Bolívar – seriam profundamente influenciados pelo federalismo norte-americano.

O modelo de revolução que a França oferecia teve menos atrativos. Como observou Miranda, em 1799: “Temos diante dos olhos dois grandes exemplos, a revolução americana e a francesa. Vamos imitar com prudência a primeira e evitar cuidadosamente a segunda”³¹. As primeiras impressões tinham

31. Miranda a Gual, 31 de dezembro de 1799, *Archivo del General Miranda*, vol. XV, p. 404.

suscitado maiores esperanças. Em sua autobiografia, Manuel Belgrano descreveu a reação dos jovens intelectuais – estava então na Espanha – aos acontecimentos de 1789: “as idéias de liberdade, igualdade, segurança e propriedade tomaram conta de mim firmemente e vi apenas tiranos naqueles que impediam o homem, onde quer que pudesse estar, de desfrutar dos direitos de que Deus e a Natureza o dotaram”³². O governo espanhol tentou impedir a chegada de notícias e de propaganda da França até seus súditos, mas as barreiras foram rompidas por uma torrente de literatura revolucionária na Espanha e na América. Alguns leram o novo material por curiosidade. Outros, instintivamente, reconheceram nele seu lar espiritual, abraçando os princípios de liberdade e aplaudindo os direitos do homem. A igualdade era uma questão diferente. Situados que estavam entre os espanhóis e as massas, os *criollos* queriam mais do que igualdade para si mesmos e menos do que igualdade para os que estavam abaixo deles. Quanto mais radical se tornava a Revolução Francesa e mais se difundia, menos atraía a aristocracia *criolla*. Os membros desta viam nela o monstro de uma democracia e anarquia extremadas, que, se fosse introduzido na América, destruiria o mundo de privilégios de que desfrutavam. O perigo não estava distante.

Em 1791, a colônia francesa de Saint-Domingue, no mar das Antilhas, viu-se engolfada por maciça revolta de escravos. Saint-Domingue era um modelo, a colônia mais produtiva do Novo Mundo: sua única função era exportar açúcar e café para a metrópole. Para isso, a França instalara uma presença militar e burocrática, uma economia de latifúndio e uma mão-de-obra escrava contida pela violência. A situação social sempre foi explosiva, não apenas devido à exploração desalmada de meio milhão de escravos e da degradação dos homens de cor livres, mas também por causa das divisões instaladas no seio da minoria branca. Nesse cenário de desintegração, do *grand blanc* contra o *petit blanc*, do branco contra o *mulatto*, do *mulatto* contra o negro, Saint-Domingue era a América colonial num microcosmo. A Revolução de 1789 agiu como um solvente instantâneo, liberando tensões raciais e sociais há muito reprimidas. Sabendo que a raça dominante estava irremediavelmente dividida, os escravos se insurgiram em agosto de 1791, atacaram as lavouras e seus proprietários e deram início a longa e furiosa luta pela abolição da escravidão e pela separação da França. A política francesa

oscilou entre a abolição decretada pela Assembléia Nacional e a tentativa de Napoleão de reconquistar a ilha para a França e para a escravidão. No final, a França teve de admitir a derrota; em 1º de janeiro de 1804, os generais negros e *mulattos* proclamaram o novo Estado do Haiti, a primeira república negra nas Américas.

Para a América espanhola o Haiti foi um exemplo e uma advertência, observado com crescente horror tanto por governantes quanto por governados. Os *criollos* podiam ver agora qual seria o resultado da perda de unidade na metrópole, da perda da calma pelas autoridades e da perda do controle pela classe governante colonial. O Haiti representava não apenas a independência mas também a revolução, não apenas a liberdade mas também a igualdade. O novo regime exterminou sistematicamente os brancos que restaram e impediu que qualquer indivíduo de raça branca voltasse a ter algum tipo de propriedade; reconheceu como haitiano todo branco e *mulatto* de ascendência africana e nascido em outras colônias, livre ou escravo, os quais eram convidados a desertar; também declarou guerra ao tráfico de escravos. Com a adoção dessas políticas sociais e raciais, o Haiti foi estigmatizado como inimigo de todos os regimes coloniais e escravistas das Américas, os quais tomaram medidas imediatas para se proteger. Nenhum deles, porém, agiu com mais rigor do que a Espanha, que, no decurso da revolução haitiana, perdera a colônia adjacente de Santo Domingo. Em novembro de 1791, três meses após a irrupção da revolta, a coroa aconselhava as autoridades coloniais espanholas a tomar medidas defensivas contra o contágio. Passaram a impedir a entrada de negros haitianos em seus territórios, e mesmo os refugiados brancos eram vistos com suspeita.

A Venezuela foi considerada particularmente vulnerável a uma infiltração, em parte devido a sua proximidade, em parte por causa da sua própria história de protestos de escravos, de resistências e de fugas durante todo o século XVIII. Negros e *mulattos* das Antilhas francesas, fugindo da contra-ofensiva de Napoleão, seguiam via Trinidad para a costa leste da Venezuela, onde se tornavam, na visão oficial, uma quinta-coluna potencial. Alertados pelo avanço dos próprios pardos, os *criollos* da Venezuela reagiram imediatamente. A *audiencia* de Caracas tentou proteger a instituição da escravidão contra as doutrinas revolucionárias da França, “capazes de influenciar as mentes do povo simples, especialmente dos escravos, que totalizam mais de cem mil somente nesta província”. Os indícios eram manifestos. Em 1795, uma revolta de negros e pardos agitou Coro, centro da indústria canavieira e base de uma

32. MANUEL BELGRANO, *Autobiografía*, Buenos Aires, 1945, pp. 13–18.

aristocracia extremamente consciente de raça e de classe. O movimento foi comandado por José Leonardo Chirino e José Caridad González, negros livres que tinham viajado pelas regiões caribenhas e tomado conhecimento dos acontecimentos da França e do Haiti. Os dois mobilizaram os escravos e trabalhadores de cor, trezentos dos quais se insurgiram em maio de 1795 e proclamaram “a lei dos franceses, a república, a liberdade dos escravos e a supressão da *alcabala* e de outras taxas”³³. Os rebeldes ocuparam *haciendas*, saquearam propriedades, mataram senhores de terras e invadiram a cidade de Coro; mas foram isolados, facilmente esmagados e muitos morreram fuzilados sem julgamento. A revolução haitiana teve outras repercussões. Em maio de 1799, uma expedição corsária, provida de Porto Príncipe, tentou dar apoio a uma rebelião em Maracaibo, onde duzentos homens da milícia de pardos haviam se sublevado, com o objetivo de matar os brancos, instalar “o sistema de liberdade e igualdade” e criar uma república negra como no Haiti, a começar pela abolição da escravidão. Mais uma vez o movimento fracassou, mas deu um exemplo adicional da constante luta invisível dos negros contra os brancos que caracterizou os últimos anos do regime colonial.

Os revolucionários hispano-americanos se preocuparam em dissociar-se da revolução haitiana. Miranda, em especial, se inquietou com o efeito que ela podia causar à sua reputação na Inglaterra: “Confesso que, por mais que deseje a liberdade e a independência do Novo Mundo, temo ainda mais a anarquia e a revolução. Não permita Deus que outros países sofram o mesmo destino de Saint-Domingue, palco de carnificinas e de crimes, cometidos sob o pretexto de instaurar a liberdade; seria melhor que tivessem permanecido mais um século sob a bárbara e insensível opressão da Espanha”³⁴. Afirmava Miranda que era vital para ele chegar à Venezuela antes dos haitianos. De fato, em 1806, chefiou uma pequena expedição a sua pátria. Infelizmente para sua reputação, parou para reagrupar-se no Haiti, onde foi aconselhado a não se contentar em exortar os *criollos* à insurreição, mas também a “cortar cabeças e queimar propriedades”. Devido a essa parada, correu o boato de que pretendia usar negros haitianos³⁵. Na verdade, Miranda era tão conservador em questões sociais quanto qualquer outro *criollo* e não tinha intenção

33. PEDRO M. ARCAÑA, *Insurrección de los negros en la serranía de Coro*, Caracas, 1949, p. 38.

34. Miranda a Turnbull, 12 de janeiro de 1789, *Archivo del General Miranda*, vol. XV, p. 207.

35. PAUL VERN, *Pétion y Bolívar*, Caracas, 1969, p. 95.

de iniciar uma guerra racial. Mas o dano estava feito. Defrontou-se em Coro primeiro com um silêncio de pedra e depois com a oposição de proprietários rurais *criollos*, que o acusaram de “herege” e “traidor”.

Portanto, se o Haiti foi uma advertência, foi também um incentivo. Os hispano-americanos logo se veriam diante de uma crise na metrópole e de uma deficiência no controle pela coroa. Então teriam de preencher o vazio político, e conquistariam sua independência não para criar um outro Haiti, mas para impedi-lo.

A crise chegou em 1808, a culminação de duas décadas de depressão e guerras. O modesto avanço da reforma Bourbon na Espanha foi interrompido pelo impacto da Revolução Francesa, que levou os assustados ministros a uma reação e um rei atônito aos braços de Manuel Godoy. À medida que os padrões de controle deixaram de ser os de Carlos III e seus ministros reformadores para seguir os de Carlos IV e do favorito da corte, o governo viu-se reduzido a um mero padroado na metrópole e a uma clientela nas colônias. O povo espanhol sofria grande adversidade. A grande crise agrária de 1803 foi um período de muita escassez, de fome e de alta mortalidade, prova do pouco que os Bourbons haviam feito para melhorar a agricultura, o comércio e as comunicações. Enquanto isso, apesar de seus esforços para manter a independência nacional, o governo não tinha a visão nem os recursos necessários para resolver os problemas urgentes de política externa. A aliança francesa não salvou a Espanha: apenas ressaltou sua fraqueza, prolongou suas guerras e expôs seu comércio colonial ao ataque inglês. Os hispano-americanos que visitaram a Península nessa época ficaram horrorizados diante do que lhes foi dado ver: uma outrora poderosa metrópole enfraquecida a ponto de esfacelar-se e bastante satisfeita por ser satélite da França. Perceberam agora, mais do que nunca, que os interesses espanhóis não eram os seus interesses, que a América “precisava ser neutra para ser feliz”, na expressão de Servando Teresa de Mier. O pior estava por vir. Quando, em 1807–1808, Napoleão decidiu dobrar totalmente a Espanha à sua vontade e invadiu a Península, o governo Bourbon estava dividido internamente e o país, indefeso ao ataque. Em março de 1808, uma revolução palaciana forçou Carlos IV a exonerar Godoy e a abdicar em favor do filho, Fernando. Os franceses então ocuparam Madri e Napoleão induziu Carlos e Fernando VII a viajarem para Bayonne para encetarem negociações. Lá, em 5 de maio de 1808, forçou ambos a abdicar e no mês seguinte proclamou José Bonaparte rei da Espanha e das Índias.

Na Espanha, o povo se insurgiu e começou a lutar por sua independência. No final de maio de 1808, as juntas provinciais organizaram uma resistência ao invasor, e em setembro foi formada uma junta central que invocou o nome do rei, tentou unir a resistência à França e, em janeiro de 1809, lançou o decreto pelo qual os domínios da América deixavam de ser colônias para transformar-se em parte integrante da monarquia espanhola.

Esses acontecimentos produziram na América uma crise de legitimidade política. A autoridade provinha tradicionalmente do rei; as leis eram obedecidas porque eram leis do rei. Agora não havia um rei a quem obedecer. Isso também pôs em questão a estrutura do poder e sua distribuição entre os funcionários reais e a classe governante local. Os *criollos* tiveram de decidir sobre o melhor modo de preservar sua herança e manter-se no controle. A América espanhola não podia continuar sendo uma colônia sem uma metrópole, ou uma monarquia sem um monarca.

A INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO E DA AMÉRICA CENTRAL

AS VÉSPERAS DA luta para separar-se da Espanha, o vice-reino da Nova Espanha (México) era constituído por vasta área que se estendia do mar das Antilhas ao Pacífico e das fronteiras da Guatemala e de Chiapas às imensas Províncias Internas do Leste e do Oeste, abrangendo o território incorporado mais tarde ao sudoeste dos Estados Unidos. O vice-reino, que, em 1814, contava com 6,122 milhões de habitantes (os Estados Unidos tinham, em 1810, 7,240 milhões), era responsável por mais de um terço da população total do império ultramarino espanhol. Cidade do México, a capital do vice-reino, era a maior cidade da América do Norte ou do Sul e, contando em 1811 com 168 811 habitantes, era depois de Madri a maior cidade do império.

A Nova Espanha era também, de longe, a mais rica colônia espanhola. Seu comércio, feito pelo principal porto de Veracruz, totalizou, de 1800 a 1809, uma média anual de 27,9 milhões de pesos e, na década seguinte, entre 1811 e 1820, atingiu uma média anual de 18 milhões de pesos, distribuídos igualmente entre as importações e as exportações. A produção total de mercadorias e serviços da colônia alcançou, em 1800, o patamar de mais ou menos 240 milhões de pesos, ou cerca de 40 pesos *per capita*. Isso representava apenas a metade da produção *per capita* dos Estados Unidos na época, por exemplo, mas era muito superior à de qualquer outra colônia americana, espanhola ou portuguesa. A agricultura e a pecuária, que empregavam cerca de 80 por cento do total da força de trabalho, produziam juntas quase 39 por cento dos recursos nacionais; as manufaturas e as oficinas domésticas eram responsáveis por cerca de 23 por cento da produção total; 17 por cento provinham do comércio; 10 por cento da mineração; e os 11 por cento restantes eram fornecidos pelos transportes, pelo governo e por uma série de outras fontes. Com a atividade econômica em tamanha escala, a coroa espanhola obtinha grandes rendas, diretas ou indiretas. De nove a dez por cento do produto total da Nova Espanha (cerca de 24 milhões de pesos) eram remetidos ao tesouro real ou aos cofres da Igreja, e quase a metade desse total (12 milhões de pesos) deixava a